

VERSÃO



Thaís
Janaina
Wenczenovicz

4ª
edição

pequeninos poloneses

Crianças e suas famílias durante
a imigração Polônia/Brasil
de 1920 a 1960

méritos
editora

*Ao pequenino
João André Filho*

Thaís Janaina Wenczenovicz

Pequeninos poloneses:

*Crianças e suas famílias durante
a imigração Polônia/Brasil
de 1920 a 1960*

4ª edição



Passo Fundo

2021

méritos
editora

2012 – 1ª edição – livro em papel
2021 – 2ª edição – e-book

© Livraria e Editora Méritos Ltda.
Rua do Retiro, 846
Passo Fundo, RS, CEP 99074-260
Fone: (54) 3313-7317
Página na internet: www.meritos.com.br
E-mail: sac@meritos.com.br

Charles Pimentel da Silva
Editor

Jenifer B. Hahn
Auxiliar de edição

Léo Hélio Delazzari
Revisão final

Imagens da capa:

- a)  Edmundo e Zenóbia Gardolinski, acompanhados dos filhos Edmundo Júnior, Stella e André, em Porto Alegre. 1955.
- b)  Pequeninos Gardolinski, na zona sul de Porto Alegre, junto à Pedra Redonda, em 1956. Arquivo da Família.

c) As demais ilustrações aparecem com suas respectivas descrições no interior desta obra.

d) A esta versão e-book foi adicionado um caderno de imagens de autoria de Tadeu Vilani, as quais compõem o seu álbum *Retalhos do além-mar – a saga dos poloneses no Novo Mundo*, disponível na íntegra em sua própria página de Facebook. As fotos, porém, são contemporâneas; foram tiradas por Tadeu entre os anos de 2000 e 2021 em comunidades do interior do Rio Grande do Sul, onde vivem descendentes de imigrantes de poloneses.

Agradecimento especial: ao Arquivo Público Municipal Juarez Miguel Illa Font - Erechim - RS pela guarda responsável e disponibilidade imediata da memória local e regional aos pesquisadores em história do Brasil.



♦ Todos os direitos reservados e protegidos pela lei nº 9.610 de 19/02/1998. Partes deste livro podem ser reproduzidas ou transmitidas, desde que citados o título da obra, o nome da autora, da editora e os demais elementos de referência, conforme normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

W468p Wenczenovicz, Thaís Janaina

Pequeninos poloneses: crianças e suas famílias
durante a imigração Polônia/Brasil de 1920 a 1960 /
Thaís Janaina Wenczenovicz – 4ª ed. – Passo Fundo:
Méritos, 2021. – 120 p.

1. História – Colonização Polonesa – Rio Grande do
Sul 2. Crianças Polonesas – História – Imigração I. Título
CDU: 325.54(816.5:438)

Catálogo na fonte: bibliotecária Marisa Miguellis CRB10/1241

Versão e-book 2021 – ISBN 978-65-89009-14-6

Impresso no Brasil

Um novo prefácio para a Thaís e os seus pequeninos poloneses esquecidos no tempo

Faz já algum tempo que a Thaís me convidou, pela primeira vez, para esboçar algumas linhas a título de prefácio para os seus *Pequeninos poloneses*. Era 2014 e, desde então, muita água correu pelo riacho da história. Por entre golpes, retrocessos e negacionismos que ocorreram no Brasil, ingressamos em uma situação de pandemia que já ceifou a vida de mais de meio milhão de brasileiros de todas as condições sociais, origens e idades. No espelho, vemos um povo que naturalizou a morte enquanto se aglomera nas filas, nos bares ou nos deficientes sistemas de transporte público.

Não bastasse isso, somos também um país que, através da violência (seja ela patrocinada ou não pelo poder do Estado), mata as suas crianças nas periferias mesmo quando estas se dirigem à escola. E, quando não matamos hoje (pois o Estado também somos nós), reservamo-nos a perspectiva de matar amanhã. As formas para isto são muitas e fáceis: cerceamos o direito ao lazer através da supressão ou privatização dos espaços públicos; sucateamos o ensino fundamental através da redução cada vez maior dos investimentos em educação (considerados como “custo” na planilha dos magos da economia liberal); instituímos projetos de ensino superior “para poucos” enquanto reservamos para a nossa infância um futuro de sub-empregos em atividades marcadas pela precarização e pela autoexploração

ou, forma ainda mais fácil: permitimos que a fome, a miséria e a ausência de perspectivas voltem a ser uma presença silenciosa na mesa de muitas casas, algumas inclusive mais próximas de nós do que gostaríamos.

Há sete anos, quando aceitei pela primeira vez a tarefa de prefaciar esta obra, parti de uma reflexão sobre o ato da escrita, sobre as diversas travessias (fossem elas figuradas ou literais, como no caso dos pequenos personagens que aqui se encontram). Ou ainda sobre como as linhas que se seguem nos falam de vidas silenciadas em nossa história. Na ocasião, diante da descrição cuidadosa das condições das embarcações, das relações entre crianças e adultos durante a travessia do oceano, dos partos, brincadeiras e funerais, direcionei o meu olhar para o passado, guiando a ideia daquele prefácio pelas pistas deixadas no tempo. Hoje, retorno ao texto da Thaís com a certeza de que as histórias e as vicissitudes das pessoas comuns (o que poderíamos chamar de “micro”) são atravessadas por projetos, decisões e interesses (o “macro”) elaborados longe dos barcos que atualmente fazem as travessias. Lembro assim que continuamos a ser o mundo que se esmera em não encontrar formas de tornar mais fácil a vida da grande maioria de nossas crianças.

Exagero? Creio que não. Muitas imagens que vi ao longo deste tempo entre a escrita de um texto e outro rebrotam à mente enquanto redijo estas linhas, confirmando-me a impressão de que este não é um mundo ideal para os infantes. Aqui, as pequenas crianças negras que acompanham seus pais em barcos precários ou mesmo em boias improvisadas, tentando chegar no chamado “primeiro mundo” através do Mediterrâneo. Ali, as crianças enjauladas nos Estados Unidos, a chorar, separadas dos pais que foram presos por não terem a mesma liberdade de cruzar fronteiras que é concedida ao capital. Mais adiante, as escolas atingidas por mísseis ao serem confundidas com centros produtores de armas de destruição em massa que em alguns casos nunca existiram. Lá, meninas violentadas por

pertencerem a etnias que insistem em sobreviver, ocupando espaços que, segundo alguns, seriam melhor aproveitados pelas monoculturas do agronegócio. Ao lado, os meninos e meninas que vendem mandolates nas sinaleiras das grandes cidades com os pés descalços no asfalto, cuidando-se mutuamente com a cumplicidade que apenas os invisíveis sabem ter. Por fim, um pequeno corpo, jogado de bruços em uma praia, trazido pela maré. Ao fundo, os suspiros silenciados de milhares de crianças que, diante da pandemia que se espalhou pelo mundo em 2020, perderam suas mães, pais, avós, irmãos. Ou seriam os suspiros das mães e pais que perderam seus rebentos? E, ao mesmo tempo em que penso em tudo isto, olho neste momento para o meu pequeno filho de quatro anos dormindo em minha cama e sinto toda a impotência de não conseguir construir o mundo que julgo que ele merece.

Creio, em verdade, que nunca soubemos construir um mundo para crianças.

Tudo isto torna a leitura deste *Pequeninos poloneses* mais urgente, necessária e atual. Todos os retrocessos vividos ao longo destes sete anos, especialmente no Brasil, fazem-me ter a convicção de que este texto, tal qual um pequeno Dorian Gray, mantém o seu frescor e vitalidade, levando-nos a refletir diante de um espelho sobre as forma com que nos relacionamos com a infância, mas também com os “diferentes”, com os “outros”, com todos aqueles, enfim, que sabem na pele das dores e dificuldades de aportar em uma sociedade hostil, de habitar um mundo que não é pensado para si, de se arriscar em travessias sem saber ao certo o que encontrar ao final da viagem. Em todos estes grupos, lá estão os pequeninos, personagens históricos e nem sempre passivos, normalmente silenciados, ignorados, mas que neste silêncio vão se constituindo enquanto pessoas, aprendendo os caminhos que os levarão a construir o futuro, caso haja.

Não nos enganemos, os *Pequeninos poloneses* da Thaís estão mais vivos do que nunca, e seguem acompanhando as

suas famílias em travessias incertas, instalando-se em terras desconhecidas, trabalhando ao lado dos seus para ajudar na sobrevivência, sofrendo e morrendo de doenças e de abandono. Ou, quem sabe, chegarão à idade adulta e terão, também eles, seus pequeninos, em um mundo que continuará fazendo das crianças as passageiras silenciosas de um mundo bárbaro e hostil.

Quem sabe...

Gerson W. Fraga

Agosto de 2021

Sumário

Um novo prefácio para a Thaís e os seus pequeninos
poloneses esquecidos no tempo

Gerson W. Fraga..... 7

Considerações iniciais

A autora..... 13

Capítulo I - Polônia, poloneses e o Novo Mundo..... 17

Polônia: produção econômica e a terra 20

A presença polonesa no Rio Grande do Sul 24

Colonização e povoamento 29

Instalação no lote colonial 36

Capítulo II - Palavras sobre a infância..... 47

Pequeninos a bordo..... 49

A alimentação..... 52

O intercâmbio do brincar..... 54

Brincadeiras e brinquedos..... 57

Um dia para as crianças: a comemoração no Brasil..... 60

Vestuário infantil..... 61

Capítulo III - Enfermidades na infância.....	69
Cura popular e infância.....	73
Coceira indesejável: bicho-de-pé, piolho e sarna.....	76
Amargos, doces e azedos: remédios para criança.....	81
Medo secular: enfermeiras, injeções e médicos.....	83
Morte na infância.....	87
Considerações finais.....	93
Referências bibliográficas.....	97
Depoentes orais	100
Fontes primárias.....	101
Anexos - Retalhos do além-mar: a saga dos poloneses no Novo Mundo	
Tadeu Vilani.....	103

Considerações iniciais

Sabe-se que as crianças foram, durante muito tempo, deixadas na sombra das narrativas históricas e, de certo modo, demorou para que as ciências humanas e sociais focassem a infância como objeto central de suas pesquisas. Demorou mais tempo ainda para que considerassem, em suas análises, as relações entre sociedade, infância e imigração, entendendo a criança como sujeito histórico, tendo como eixo de suas investigações o registro de suas *falas*.

A análise da produção existente sobre a história da infância permite afirmar que a preocupação com a criança encontra-se presente somente a partir do século XIX, tanto no Brasil como em outros lugares do mundo. No entanto, mesmo a infância constituindo-se em um problema social desde aquela época, ainda não foi suficiente para se tornar um problema de investigação científica. Estudos apontam que, até o início da década de 1960, a história da infância e também a da educação pareciam ser dois campos distintos e inconciliáveis de pesquisa (ARIEËS, 1973).

Com a publicação, na França em 1960 e nos Estados Unidos em 1962, do livro de Ariès (1973), intitulado *História social da infância e da família*, e, na década seguinte, em 1974, agregando-se a publicação do texto de De Mause (1991) de nome *A evolução da infância*, os historiadores da educação, principalmente os norte-americanos, encontravam-se no processo de reconstruir a definição precisa de seu campo.

No entanto, até aquele período, poucos historiadores haviam manifestado algum interesse pelo tema da infância ou o tinham colocado como objeto de suas pesquisas. Somente uns poucos tentaram conhecer melhor a história envolvendo crianças. Porém, para Ariès (1973) e De Mause (1991), a história

da infância e as questões da aprendizagem humana já estavam relacionadas conceitual e socialmente.

Em contraponto, o desenvolvimento da antropologia e a ênfase dada à família e à mulher, o advento da *nouvelle histoire* (nova história), bem como a afirmação de novos campos de investigação e linhas de pesquisa, mais atentas ao cotidiano e ao privado, contribuíram para que as crianças saíssem dessa obscuridade.

Estudos que revelam as interfaces da infância marcam espaço em trabalhos que discutem a alfabetização e ou inclusão escolar, no campo da pedagogia e do cotidiano, em especial para a história. Ressalta-se que a maioria desses pesquisadores tem por entendimento de vida cotidiana, num sentido comum, o imediatismo, a vida privada e familiar, as atividades ligadas à manutenção dos laços sociais, ao trabalho doméstico e às práticas de consumo. São, assim, excluídos os campos econômico, político e cultural da sua dimensão tradicional.

O estudo das representações ou práticas infantis é considerado tão importante que a historiografia internacional já acumulou consideráveis pesquisas sobre a criança e seu passado. Em se falando de Europa, há três décadas, a demografia histórica ajudava a detectar a expectativa de vida, o papel das crianças nas estruturas familiares, os números de abandono infantil, a contracepção e a mortalidade, resultante de doenças infecto-contagiosas.

Entretanto, em se tratando do cotidiano da infância na imigração polonesa, existe um vazio historiográfico. Esses pequenos seres, ainda hoje, têm pouco espaço nas preocupações acadêmicas. Foi por isso que entendi necessário realçar elementos do processo migratório através das vivências de crianças polonesas, valendo-me de depoimentos orais, bem como de fotografias e fontes primárias, capazes de aproximar-nos à vida da infância do passado. Todavia, confesso que a motivação para esta obra nasceu de uma influência fortuita. Deu-se pouco antes de 2010, quando um de meus artigos de pós-graduação caiu nas graças de um reconhecido escritor, professor e pesquisador,

Moacyr Scliar, que se agradou da temática e logo me convenceu da importância de uma obra mais elaborada, considerando a habilidade e a facilidade de circular entre as fontes que eu tinha na época, acrescida ao domínio da língua polonesa que me permitiriam obter informações singulares através do uso de metodologia oral.

O objetivo deste livro, então, foi resgatar alguns aspectos da história da criança simplesmente criança, bem como as formas de sua existência cotidiana, as potenciais mudanças em seus vínculos afetivos e sociais durante a travessia e a adaptação, desde a Polônia até o Brasil, sua nova terra. Tudo isso por meio de uma história que, na maioria das vezes, não nos é contada. Recuperar essa parcela do passado é propiciar direito de voz aos documentos históricos, dando luminosidade à memória e ao vivido.

Em consonância ao *corpus* documental, este estudo teve como delimitação temporal o período de 1920 a 1960. Para investigar esse lapso de quatro décadas, utilizaram-se fontes de informação primária e secundária, bem como o aporte da metodologia de história oral temática. Foram elaboradas, portanto, dez entrevistas com filhos de imigrantes poloneses, sendo dois deles os próprios imigrantes, ou seja, as crianças que fizeram a viagem transoceânica. Seus nomes completos, idades, profissões etc. encontram-se detalhados nas referências, ao fim da obra. Por mais que, no momento da entrevista, todos já tivessem bastante idade, todas as falas ajudaram a orientar a narrativa, sendo que sete delas foram, inclusive, utilizadas diretamente no corpo do texto, como se verá adiante.

Esta obra divide-se, então, em três partes. O *Capítulo I – Polônia, poloneses e o Novo Mundo* – refere-se ao processo desencadeado nos séculos XIX e XX em toda a Europa: o deslocamento de milhares de pessoas que procuravam conquistar na América suas liberdades individuais. Para isso, desenvolveu-se uma breve análise da situação econômica, política e social da Polônia anterior ao período da emigração, para, então, situar

o leitor nos acontecimentos que fizeram com que grande parte da população camponesa emigrasse para o Novo Mundo. Também são apontadas as razões da vinda dos poloneses para o Brasil e para o Rio Grande do Sul e também como ocorreu o processo de ocupação e povoamento de diversas regiões a partir do elemento polonês.

No *Capítulo II – Palavras sobre a infância* –, encontram-se a evolução ao longo da história do conceito desse período do desenvolvimento do ser humano, que vai do nascimento ao início da adolescência, chamado “infância”, bem como aspectos relacionados à travessia transatlântica, o cuidado com o corpo, a alimentação, os brinquedos, as formas de sociabilidade e o vestuário que se constituem em linhas de pesquisa que atravessariam de um lado a outro, a história da imigração polonesa sulina, guardadas, com certeza, as proporções e as especificidades dos diversos grupos étnicos.

No *Capítulo III – Enfermidades na infância* –, é possível adentrar no mundo das doenças, práticas de cura e momentos finais de muitos dos pequeninos poloneses: a morte. O processo de urbanização proporcionou melhorias na qualidade de vida. Por outro lado, a concentração populacional e a ocupação de novas áreas trouxeram problemas sociais que exigiram um maior zelo com o corpo, resultando, inclusive, na interferência por parte do Estado. Doenças, epidemias e moléstias diversas atingiram os imigrantes poloneses, elevando a taxa de óbitos nos mais diversos espaços: rurais e urbanos.

Os esclarecimentos possíveis neste livro, entre outras coisas, ajudam a entender o périplo polonês da metade do século passado em diante por diferentes regiões de nosso país e as consequências resultantes do processo de colonização e povoamento sobre os mais vulneráveis seres que acompanhavam os adultos: as suas crianças.

Boa leitura!

A autora

Erechim, setembro de 2021

Capítulo



Polônia, poloneses e o Novo Mundo

Tentar apresentar razões explicativas que justifiquem o deslocamento de milhares de seres de um continente para outro não pressupõe uma resposta imediata e simples. A dificuldade é ainda maior quando se apresentam como autores centrais desta trama os imigrantes poloneses. O ano de 1875 é apontado pela historiografia como a data de chegada de imigrantes poloneses em solo brasileiro.

As razões da emigração polonesa foram diversas e profundas. No século XIX, à semelhança de outros países europeus, a Polônia vivia grave crise econômica, política e social, obrigando milhares de indivíduos a viajar para o Novo Mundo. Entretanto, anterior a este período, nos séculos XVI e XVII, a Polônia apresentava-se como uma nação poderosa, organizada politicamente e de considerável desenvolvimento econômico.

O cenário econômico positivo polonês devia-se à exportação de alcatrão, cereais, madeira e serragem para a Europa Ocidental, particularmente para os Países Baixos, Inglaterra e norte da Alemanha, fato este que aumentou a renda da nobreza, como também das cidades (LACERDA, 1944, p. 17).

Na esfera política, esse foi um período de vigor e de ausência de ameaças externas. As poucas guerras ocorriam apenas na

fronteira norte da Polônia e na Lituânia. Porém, observava-se o crescente interesse da Prússia e da Rússia frente à nação polonesa. A correlação de forças não era favorável à Polônia

O crescimento da nação polonesa despertou a atenção de seus vizinhos: Áustria, Prússia e Rússia, que desencadearam uma série de invasões, fragmentando a organização política e a estabilidade econômica da Polônia. Tal fato levou muitos poloneses a abandonarem o país em busca de vida digna e livre.

A Polônia dos séculos XVII e XVIII apresentava características antagônicas às dos seus grandes vizinhos: Prússia e Rússia. Enquanto esses países centralizavam o poder, a nação polonesa conhecia o enfraquecimento do poder central. O exército polonês constituía-se, sobretudo, de milícias camponesas mantidas e controladas pela nobreza, as quais eram utilizadas pelo governo central em guerras defensivas (WACHOWICZ, 1974, p. 83).

A situação geral era propícia à mudança. Entretanto, a nobreza não permitia a diminuição de seu poder, anulando as tentativas de mudança na Dieta (Câmara), ou *Sejm*, que era regida por leis anacrônicas que encaminharam o país à desorganização política.

O *liberum veto* era apresentado como defesa das liberdades das minorias. Ele dava direito a cada deputado do *Sejm* de anular uma decisão parlamentar. Geralmente, o veto era exercido em benefício da nobreza. Nas votações referentes às cobranças de impostos, o veto impedia que a tributação se estendesse aos nobres. O poder de veto impossibilitava o Parlamento polonês de legislar baseado no poder de maioria. Qualquer grupo anulava os trabalhos parlamentares, por mais importante que fosse a decisão (POLSKA AGENCJA INFORMACYNA, 1991, p. 4).

Dentre as principais razões do movimento migratório, pode-se citar o excesso de mão-de-obra nas aldeias e vilas, o elevado crescimento demográfico, a falta de terras para as novas

gerações, a ausência de legislação agrária, o êxodo rural para os centros industriais devido à mecanização rural, perseguições políticas e religiosas.

Na Polônia, era quase inviável tornar-se proprietário de terra. Nos séculos XVIII e XIX, o poder político e econômico estava nas mãos da nobreza. A pequena e média burguesia progredia com dificuldade, enquanto a alta burguesia, ligada à alta nobreza, acelerava o passo, sem questionar a estrutura vigente. “O camponês polonês, tanto sob o domínio prussiano como sob os outros domínios, vivia num sistema social altamente hierarquizado. Numa aldeia as classes sociais eram nítidas e sua mobilidade muito hierarquizada.” Obrigado a arrendar a terra, o camponês cedia grande parte do seu trabalho como renda (WACHOVICZ, 1974, p. 86).

Sem dúvida, a grande razão da imigração foi a possibilidade de imigrar para uma nação onde fosse possível tornar-se proprietário de terra.

A ação dos propagandistas e recrutadores de imigrantes que foram conhecidos como “agentes recrutadores” também foi um motivo. Eles literalmente espalharam-se pelas diversas regiões da Polônia, com a finalidade de estimular a população a emigrar, distribuindo artigos, livretos, brochuras e comunicados sobre as excepcionais condições oferecidas pelo Brasil.

Na Polônia, como assinalado, tais agentes encontraram campo propício de trabalho, devido aos inúmeros problemas econômicos, políticos – três partilhas territoriais –, e sociais em que vivia a população polonesa da época. O reino da Polônia e a Galícia foram as regiões que mais sentiram o efeito da atuação dos agentes recrutadores.

Polônia: produção econômica e a terra

Nesse contexto, que bloqueava a ascensão social desde os segmentos subalternos, o camponês era visto e tido como simples força braçal, geradora de trabalho. Seu alheamento a quase tudo que se encontrava situado fora de sua aldeia e arredores — *okolica* —, apoiado pela aristocracia e pelo clero, dificultava-lhe a luta pela imposição da divisão da terra e de leis agrárias.

“Vivendo pois, numa comunidade semi-feudal, possuía oportunidades de pertencer a poucas instituições sociais. A comuna e a paróquia eram o seu mundo. Sua participação na primeira era muito limitada. Medidas restritivas do governo faziam com que sua participação na administração comunal fosse a de espectador passivo” (WACHOVICZ, 1974, p. 86).

Também o pequeno proprietário via-se em grande dificuldade. “Na área econômica, a situação dos poloneses tornara-se ainda mais crucial. Os impostos prediais e territoriais eram tão pesados que os proprietários não tinham com o que pagar e, para não caírem na prisão, eram forçados a vender suas reduzidas propriedades” (STAWINSKI, 1976, p. 15). Durante dezenas de anos, a economia polonesa alicerçou-se na agricultura, com destaque para alguns produtos básicos, como a batata, o centeio e o trigo. A Posmânia e a Pomerânia Ocidental eram bons exemplos: tratavam-se de regiões essencialmente agrícolas, com um número incipiente de indústrias.

O caráter agrário da Polônia e a carência de terra explicam o fato de a imensa maioria dos poloneses que partiram para o Brasil ter sido camponesa. “O camponês, ávido por terra, da qual tirava seu sustento, vem procurá-la onde ela existe em abundância, na América. Esta é a grande aspiração dos que preferem o Brasil como seu novo *habitat*. Noventa por cento dos que vieram para este país são agricultores” (WACHOVICZ, 1974, p. 27).

Dois grandes períodos caracterizaram os movimentos migratórios poloneses para o Brasil entre os anos de 1890 e da I Guerra Mundial, nomeados pela historiografia de “febre brasileira”. O primeiro abrange de 1890 até 1897, quando o governo brasileiro proporcionou transporte gratuito aos imigrantes, através de contratos com companhias de navegação.

Nos anos 1880, o Brasil encaminhava-se para a abolição da escravidão e os grandes cafeicultores preocupavam-se com o espectro da falta de mão-de-obra em suas fazendas. Sendo o café o principal produto da economia nacional, seriam grandes os reflexos negativos de tal medida. A política imigratória foi a solução adotada pelo poder político brasileiro. Esta possuía três objetivos básicos:

- substituição da mão-de-obra escrava pela livre, num momento em que ocorria expansão do capitalismo em nível mundial;
- povoamento e colonização de áreas ainda virgens, com a possibilidade de surgimento de núcleos de pequenos proprietários agrícolas;
- diversificação da estrutura produtora que contribuísse para o abastecimento interno do país e amenizasse o desnível da balança comercial causado pelo grande peso das importações de alimentos.

Em lei de 1882, o governo imperial autorizou a venda das terras públicas estaduais a particulares, sob compromisso de que promovessem a colonização. Todavia, não raro, estas terras foram loteadas e vendidas aos imigrantes por preços quadruplicados.

Com a República, proclamada em 15 de novembro de 1889, as terras devolutas passaram à propriedade e domínio dos Estados da Federação, de acordo com o artigo 64 da Constituição Federativa de 1891. Em decorrência deste fato, a colonização e a imigração passaram à competência dos governos estaduais, naquele então regidos por Constituição própria, em

regime de Federação. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a legislação-base foi a lei nº 28, de 5 de outubro de 1899, sobre “Terras Públicas, Colonização e Florestas” e o Regulamento aprovado pelo Decreto nº 313, de 4 de julho de 1900.

As primeiras levas de poloneses dirigiram-se para o Paraná e o Rio Grande do Sul. Também receberam poloneses São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, tendo estas pessoas se espalhado pelos centros urbanos e pelas fazendas de café. De 1897 a 1906, caiu bruscamente o número de imigrantes poloneses no Brasil. Chegavam apenas imigrantes isolados, geralmente atraídos por amigos e parentes residentes no país.

Já o segundo grande período migratório polonês iniciou-se por volta de 1906, quando o Brasil, necessitando de mão-de-obra barata e numerosa para a construção de estradas-de-ferro – com destaque para a que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul –, voltou à sua antiga política de proporcionar passagem gratuita a quem desejasse imigrar.

O fato de que os Estados e a União subsidiariam e assumiriam conjuntamente a empresa de imigração e colonização oficial, acarretava atritos e dificuldades ao poder público em vários momentos. Por essas e outras razões, o governo do estado do Rio Grande do Sul rompeu, em 1914, seu acordo com a União, pondo fim à imigração oficial subsidiada no estado (decreto nº 2.098, de 13 de julho de 1914).

Após essa decisão, as empresas colonizadoras fortaleceram o processo de atração desses imigrantes. Na região do Alto Uruguai, surgiram duas empresas responsáveis pela ocupação e legalização dos lotes nas áreas rural e urbana. A primeira foi a Colonizadora Luce, Rosa & Cia Ltda; a segunda, a empresa de Colonização gerenciada pelo estado sulino.

É possível apontar na história da imigração polonesa uma periodização mais detalhada das etapas do processo migratório, em sete períodos: “1) até 1869 – início da emigração em massa; 2) 1869/90 – primeira fase da emigração em massa;

3) 1890/1914 – etapa da febre brasileira; 4) 1914/1918/20 – queda da emigração originada pela I Guerra Mundial e os acontecimentos nacionais; 5) 1918/1939 – emigração dirigida, relacionada com ações do Estado polonês; 6) 1939/1945 – etapa dos refugiados de guerra; 7) 1945 – etapa contemporânea” (SMOLA, 1996, p. 23).

A I Guerra Mundial interrompeu sensivelmente a vinda de imigrantes poloneses e de outras origens para o Brasil. Ao findar o conflito mundial, o fluxo migratório polonês foi re-estabelecido, porém em menor escala. No período intitulado “febre brasileira” – 1889/1914 –, aproximadamente noventa mil poloneses chegaram ao Brasil, fixando-se 45% deles no Rio Grande do Sul; 40% no Paraná e os 15% restantes em Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais (WACHOVICZ, 1970, p. 55).

Em seu estudo pioneiro sobre os poloneses no Rio Grande do Sul, Edmundo Gardolinski apresenta um total de 27 mil imigrantes vindos para o Estado do Rio Grande do Sul, originando as colônias até então desocupadas, descritas na tabela abaixo:

Famílias polonesas vindas ao Rio Grande do Sul.

<i>Colônias</i>	<i>Famílias</i>
<i>Alfredo Chaves</i>	<i>10</i>
<i>Nova Virgínia</i>	<i>100</i>
<i>Nova Bassano</i>	<i>180</i>
<i>Monte Vêneto</i>	<i>30</i>
<i>Nova Roma</i>	<i>60</i>
<i>Capoeiras</i>	<i>100</i>

<i>Antônio Prado</i>	<i>200</i>
<i>São Marcos</i>	<i>600</i>
<i>Santo Antônio da Patrulha</i>	<i>200</i>
<i>Total</i>	<i>1.480</i>

Fonte: GARDOLINSKI, Edmundo. *Imigração e colonização polonesa*. Porto Alegre: Regional, 1958. p. 12.

Fontes bibliográficas apontam para a existência de elementos poloneses na colônia sul-rio-grandense de Conde d’Eu, na Linha Azevedo Castro, I Secção, quando nesta região aportaram os imigrantes italianos em 1875. A chegada do grupo polonês teria ocorrido na mesma época em que vieram os imigrantes franco-suíços, porém alguns meses antes dos grupos provenientes da Alemanha e da Itália.

A presença polonesa no Rio Grande do Sul

Em sua maioria, os emigrantes da Polônia eram camponeses pobres, que não tinham bens imóveis na terra de origem e possuíam pouca ou nenhuma escolaridade: “Nem todos os imigrantes sabiam ler e escrever, pois alguns recorriam a amigos, para que em seu nome escrevessem cartas. Por sua vez, os que escreviam mostravam que tinham, apenas instrução primária” (STAWINSKI, 1976, p. 79).

Oriundos da região ocupada pela Prússia, os primeiros imigrantes poloneses teriam chegado ao Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX, estabelecendo-se na margem esquerda do rio das Antas, na Colônia Santa Tereza, que se limitava, ao norte, com a Oitava Seção da Colônia Alfredo Chaves e, ao sul, com a região de colonização alemã.

Inicialmente, imigraram ao Brasil agricultores da parte alemã dos atuais territórios poloneses. Incorporados à corrente imigratória alemã, eles se confundiram com a mesma. Por isso, até hoje existem contradições estatísticas sobre os números de imigrantes poloneses que vieram para a América Latina, sem falar que muitos poloneses, ao chegaram aos novos países, declaravam em seus passaportes que eram alemães.

Já os poloneses provenientes da região sob o domínio russo somente começaram a chegar ao Rio Grande do Sul no final de 1889. A maioria era oriunda de Varsóvia, Kalisz, Plock e arredores. A viagem inicial rumo ao porto de Bremen era feita de trem, via Berlim. Entretanto, a partida dos imigrantes poloneses ocorreu desde diversos países. Para isso, eram necessárias certas condições bastante pertinentes para ser sede de partida naquele tempo, como a presença de agentes imigracionais para atender aos poloneses, de empresas recrutadoras e de documentação.

A travessia do oceano, sendo de Bremen ou Hamburgo até o Rio de Janeiro ou São Paulo, não era feita em menos de 18 dias. Durante a permanência nos barracões dos imigrantes, geralmente em Ilha das Flores, as famílias aguardavam a definição da região em que iriam se estabelecer. Em geral, após uma semana de descanso, a viagem prosseguia em direção aos seus destinos.

A travessia era feita sobretudo em navios de porte, a vapor ou mistos, visto que, a partir de 1840, as embarcações movidas à vela foram substituídas por navios de casco metálico, impulsionados por movidos a carvão. Cada navio transportava, em média, setecentas a oitocentas pessoas. Houve embarcações que excederam esse número.

“Os navios eram de madeira com rodas laterais além de ter mastros e velas para o uso durante bom tempo em alto mar e a velocidade, que podia chegar a 1.500 *cavalo-motor*, era de 9 pés marítimos” (STOLZ, 1997, p. 33). Dentre as empresas

transportadoras de poloneses, estava a Bendazewski & Serra Azul e F. Missler Bremen.

No princípio da imigração polonesa, as passagens marítimas eram por conta dos próprios imigrantes. Após a proclamação da República, o governo brasileiro comprometeu-se a custear as despesas de viagem desde o embarque nos portos europeus até o desembarque em Ilha das Flores, na baía de Guanabara.

Durante o percurso, os imigrantes organizavam-se a partir da quantidade de viajantes, espaço disponível e normas cotidianas apresentadas à coletividade por parte da empresa contratadora responsável pela travessia. Dentre os espaços de memória mais observados em poloneses, os salientados referiam-se à alimentação servida a bordo durante a travessia e à superlotação dos navios.

A alimentação, durante a travessia, era abundante e, em geral, mais farta e rica do que a conhecida na Polônia pelos camponeses. “Durante a viagem alimentou-nos a carne de dois bois” (STOLZ, 1997, p. 33). Os animais eram abatidos, segundo as necessidades, no decorrer da viagem. A carne servida aos passageiros não era comida habitual das populações camponesas da Polônia.

A comida costumava ser farta, portanto, sendo as refeições um dos momentos mais esperados no decorrer da viagem. “No navio a comida era bem boa, e bastante [risos]. Tinha bolacha ou biscoito de manhã, com café. Lá na Polônia não tinha café. No almoço e na janta tinha batata, carne de vaca, sopa de arroz ou massa, ovos e outras coisas. No domingo era melhor, às vezes tinha vinho e frutas secas. Tudo era bom. Era meio apertado para comer, porque tinha muita gente no navio” (KRZYSCZAK, 2001).

Em caso de enfermidade, os imigrantes permaneciam por um maior período no espaço do desembarque. Designava-se atenção e havia cuidado para que doentes e enfermos não

rumassem para as colônias, evitando, assim, o contágio com os demais a disseminação de moléstias e epidemias, tão comuns em cenário europeu.

Em decreto nº 247, de 19 de agosto de 1899, assim se estabelecia, no seu capítulo II, a recepção e o estabelecimento de imigrantes:

Art. 10 – A todo estrangeiro, seja qual for sua nacionalidade, vindo espontaneamente para o Estado e que queira dedicar-se à agricultura e constituir-se pequeno proprietário rural, dará o Estado transporte desde a cidade de Rio Grande até o lugar do destino;

Art. 11 – Na capital se proporcionará, por prazo que não exceda a dez dias, hospedagem aos imigrantes que se destinarem à agricultura;

Art. 12 – Na sede dos núcleos para que forem transportados terão hospedagem e alimentação por espaço de oito dias, que não poderá ser excedido, salvo a enfermidade ou motivo de força maior;

Art. 13 – Todo estrangeiro, agricultor, que tenha vindo à sua custa até a Capital, apresentando-se à repartição competente dentro de seis meses após a sua chegada e exibindo passaporte e documento comprovatório de bons antecedentes, poderá ser transportado para os núcleos por conta do Estado;

Art. 14 – À chegada nos núcleos, o imigrante escolherá um dentre os lotes medidos e que estiverem em disponibilidade;

Art. 15 – Dentro de oito dias será transportado para a secção ou linha em que esteja situado o lote escolhido e neste imediatamente localizado;

Art. 16 – Na ocasião do estabelecimento receberá o imigrante ferramenta de trabalho (enxada, pá, alvião, machado, facão, martelo e pregos) até a quantia de 30\$000 réis, que lhe será debitada;

Art. 17 – No primeiro semestre de seu estabelecimento terá o imigrante, chefe de família, ou por ele um filho maior,

trabalho, em caminhos vicinais, recebendo 500 réis por metro corrente;

Único. Este artigo não excederá de 125\$000 réis para cada família, ficando o colono obrigado a conservar em bom estado o caminho vicinal ou geral na frente do lote e os marcos divisórios.

Art. 18 – No caso de moléstia e absoluta falta de recursos terá o imigrante no primeiro ano de seu estabelecimento auxílio para dieta e compra de medicamentos e outros socorros necessários e que lhe possam ser prestados (IOTTI, 2001, p. 737-738).

O traslado, as relações diplomáticas, a distribuição de terra e outras questões relacionadas ao fluxo migratório eram registradas e homologadas em forma de lei, segundo decretos e incisos, de conformidade com o governo federal. No aspecto traslado e meios de hospedagem, salienta-se a preocupação quanto à saúde e acomodações dos imigrantes. O decreto nº 9.081, de 3 de novembro de 1911, que dá novo regulamento ao serviço de povoamento, composto de 277 artigos, condensa todas as medidas necessárias à colonização e à imigração, sendo esta promovida pela União diretamente ou mediante acordo com os governos estaduais, empresas de navegação, companhias ou associações particulares.

A permanência dos imigrantes nas hospedarias duravam o período necessário para que se efetuasse o despacho aduaneiro das bagagens, desinfecção, quando fosse conveniente e a indicação ou escolha do destino ou espera de condução para a colônia designada. Ressalta-se que o processo de alojamento nas hospedarias não poderia exceder o prazo de dez dias e, em caso extraordinário ou de força maior, a decisão recaía para a Diretoria de Serviço de Povoamento.

Em caso de doença, os imigrantes recém-chegados obtinham tratamento médico, medicamento e dieta, sendo recolhidos à enfermaria da hospedaria quando necessário, tratando-se de enfermidades passageiras; ou podendo ser removidos para ambulatórios e hospitais mais próximos, quando a hospedaria

não tivesse meios de oferecer o devido tratamento. Em caso de moléstias contagiosas ou infecciosas, ou quando necessário tratamento melhorado, a preocupação era maior e se fazia imediatamente a isolamento dos enfermos. Às crianças enfermas, exigia-se a permanência preferencialmente da mãe no acompanhamento do tratamento, exceto quando estas assinalavam a presença de doenças contagiosas (IOTTI, 2001, p. 560).

Geralmente, enquanto os imigrantes permaneciam nas hospedarias, estes ficavam subordinados às medidas de ordem, higiene e disciplina, dos órgãos públicos competentes. Constata-se que a maior rigidez no cumprimento das normas que vigoravam em prol da moralidade, condições sanitárias e segurança do estabelecimento foi registrado na hospedaria do Rio de Janeiro – denominada de Hospedaria Ilha das Flores.

Também nessa hospedaria, os imigrantes poloneses puderam usufruir da prestação de serviço de 3 médicos encarregados do serviço médico-cirúrgico, um médico especialista de moléstia dos olhos, um farmacêutico, um prático de farmácia e usufruir também do serviço de uma ou mais parteiras, de acordo com as necessidades correntes nos barracões espalhados em Ilha das Flores (IOTTI, 2001, p. 564).

Colonização e povoamento

Vários problemas surgiram no início das atividades de assentamentos coloniais de imigrantes poloneses. Dentre os mais citados, está a viagem realizada dos grandes centros até os lotes coloniais, devido à dificuldade que apresentavam os meios de transportes frente à condição geográfica. O imigrante polonês, em geral, vivia em seu *habitat rural* relativamente *urbanizado*, inserido no contexto europeu, ou seja, noutra realidade. Antes da I Guerra Mundial, estradas, ferrovias e meios de transporte variados já comuns em diversas regiões da Polônia não eram

similares ao encontrados no país para onde migraram, especialmente no Rio Grande do Sul.

Depois de chegar ao estado sulino, havia que viajar rumo à nova propriedade iniciava com o carregamento das malas nas mulas ou nas costas. Reservavam-se cavalos mansos às mulheres e às crianças mais novas. Geralmente, os homens e os filhos seguiam a pé ou revezavam-se na maioria dos animais. Os imigrantes seguiam a viagem em fila indiana. À frente, ia o responsável pelo grupo, acompanhado de funcionário da empresa colonizadora. Parava-se para almoçar e para o descanso de homens e animais. Nas regiões designadas aos poloneses, como assinalado, raramente havia estradas como as conhecidas em solo polonês, sendo o caminho realizado por picadas abertas na mata. Não raro, precisava-se abrir o caminho com auxílio de facão e de expressivo esforço físico (STAWINKI, 1976, p. 71).

Quando os poloneses chegavam à região designada, ainda havia que esperar enquanto não fossem destinados aos seus lotes. Para isso, os imigrantes eram alojados em hospedarias e barracões, porém era difícil acomodar número tão grande de pessoas, com costumes e dialetos diferentes, em pouco espaço. Nas colônias de Ijuí e Boa Vista do Erechim, por exemplo, esperando a designação dos lotes, nem sempre eram consideradas suas diferenças linguísticas, as condições físicas e o ambiente quente e mal ventilado dos barracões. Vale lembrar que alemães, italianos, judeus e poloneses dividiam o mesmo espaço.

No momento da instalação no lote colonial, a edificação da residência estava entre as mais importantes tarefas para início de qualquer subsequente empreendimento. Em geral, foi o colono que edificou sua casa, utilizando-se de material encontrado na propriedade: barro, madeira, palha e pedra. Os pregos, algumas vezes utilizados pelos imigrantes alemães e italianos, não foram utilizados na arquitetura polonesa, que primava sobretudo pelo sistema de encaixes de madeira – *blocausse* –, usado na Polônia durante vários séculos, sobretudo na área rural.

Os imigrantes não eram exigentes no que se referia à moradia, já que a situação habitacional na Polônia era difícil. “As casas eram pequenas e mal ventiladas. Antes de emigrarem, muitos camponeses moravam em casas locadas. Muitas casas – *budynek, chalupa, chypa, dom e strzecha* – eram desconfortáveis, sem instalações sanitárias, assemelhando-se às choças medievais” (TEMPSKI, 1971, p. 309-313).

Nem todas as famílias eram direcionadas para a mesma região. As que se dirigiam ao Rio Grande do Sul, continuavam de vapor até Porto Alegre ou Rio Grande, onde descansavam por alguns dias até serem informadas sobre a região em que se instalariam. Depois, geralmente, prosseguiram, por via fluvial até o porto de São João do Montenegro.

A distribuição e dispersão dos imigrantes poloneses pelas diversas localidades do Rio Grande do Sul era feita em São João do Montenegro. As famílias partiam, por diferentes caminhos, sobre carretas, cavalos ou a pé, transportando bagagens e crianças. A maioria dos imigrantes poloneses chegados à região de Áurea, por exemplo, era originária das regiões de Lublin e Siedle, então dominadas pela Rússia.

No decorrer de poucos anos, surgiram vários núcleos poloneses, como São Marcos de Cima da Serra (município de Francisco de Paula); Nova Roma e Castro Alves (município de Antônio Prado); Linhas Quinta, Sexta, Sétima, Oitava e Nona (municípios de Veranópolis e Nova Prata).

São Marcos, fundado em 1890 por imigrantes poloneses, foi elevado à categoria de município em 9 de outubro de 1963. Atualmente, as linhas Quinta, Sexta e Sétima, pertencem ao município de Nova Prata. Em Nova Trento (Flores da Cunha), residiram, outrora, colonos poloneses (KOZOWSKI, 2003, Capítulo I).

Após resolverem problemas iniciais candentes, tais como dificuldades com o estabelecimento, baixa produtividade das terras (por serem acidentadas e pedregosas), péssimas vias de

comunicação vicinais (que tornavam o transporte caro e precário), os imigrantes depararam-se com um novo problema: a falta de terras para seus filhos.

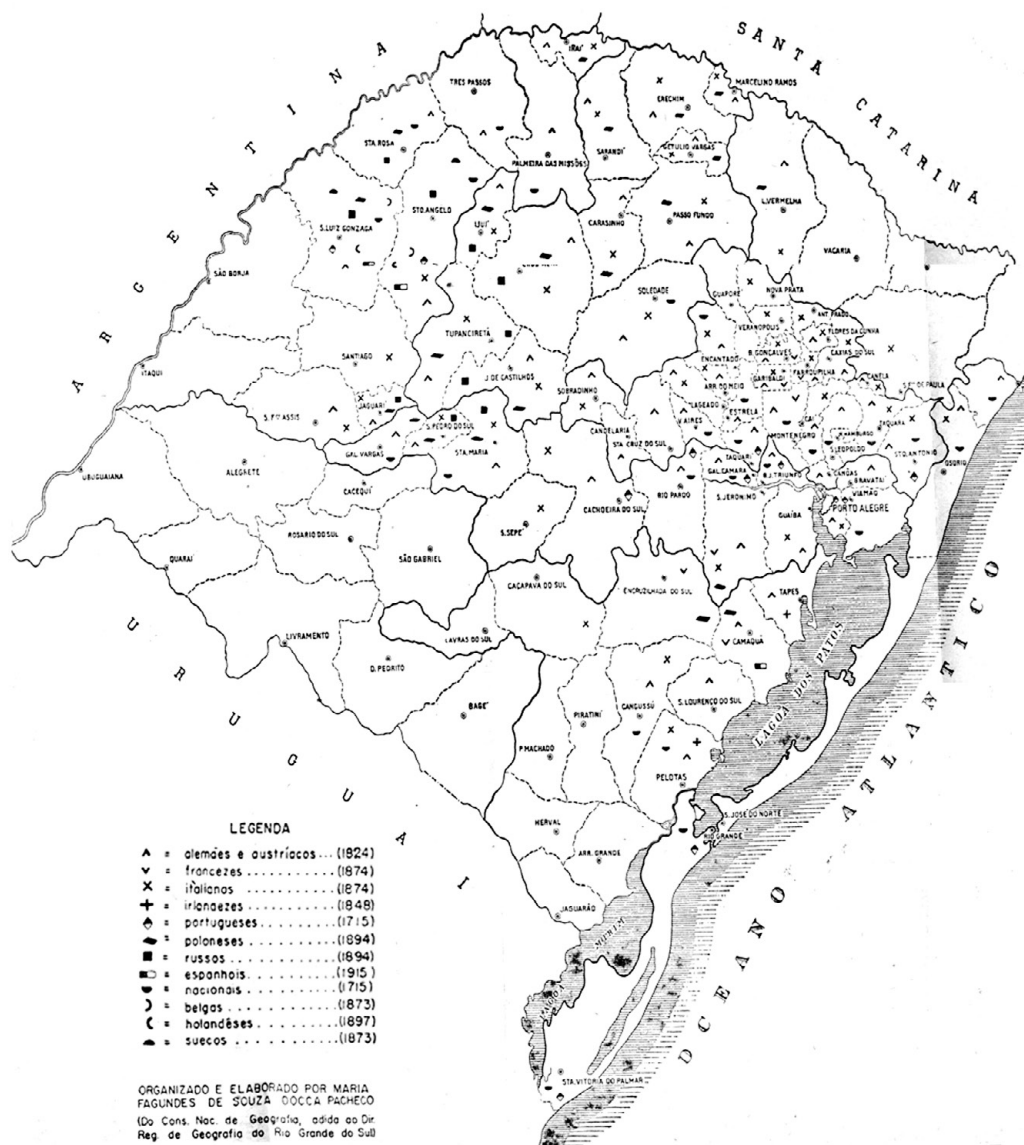
A partir do século XX, a pequena extensão das colônias (12,5 ha) fez com que os poloneses, defrontando-se novamente com o problema da falta de terra, procurassem novas fontes coloniais no rio do Peixe e em Paiol Grande (Erechim) – Colônias Novas.

Os poloneses aproveitaram a oportunidade de vender suas terras, quando os italianos de Nova Trento (Flores da Cunha) se encontravam na mesma situação, sem lotes coloniais para seus filhos recém-casados. “Por sua vez, os novos casais italianos faziam questão de iniciar a vida em lote colonial que não distasse longe dos pais, parente e amigos” (STAWINKI, 1976, p. 74).

Na primeira década do século XX, iniciou-se uma nova onda migratória polonesa rumo ao Alto Uruguai, ao norte do Rio Grande do Sul. “A região do Alto Uruguai e Planalto Médio foi dividida em *colônias* ou lotes rurais de 250 mil m² (25ha). O governo estadual facilitava o pagamento, concedendo a cada família o empréstimo de 500 mil-réis, quantia essa que devia ser devolvida em pequenas prestações e em longo prazo” (CASSOL, 1978). O título definitivo de propriedade do lote era concedido ao colono após a cobertura daquela dívida para com o estado. A maioria dos colonos conseguiu franquear os lotes, trabalhando na construção de estradas.

A dívida colonial originava-se do valor das terras, derivados dos auxílios e de multas decorrentes do atraso das parcelas da dívida. Se o pagamento integral da dívida colonial ocorresse no período do segundo ano de estabelecimento, o proprietário obteria uma redução de 12% sobre o valor da dívida colonial (CASSOL, 1979, p. 30).

A organização dos novos núcleos de colonos poloneses deu-se segundo o processo já conhecido nas “Velhas Colônias”. Em geral, cada comunidade era composta de trinta a quarenta famílias.



Mapa geral da colonização, segundo as origens dos núcleos de imigrantes no Estado do Rio Grande do Sul, com datas de início.

Fonte: Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1955. p. 13.

No estado do Rio Grande do Sul, existem ainda hoje várias cidades e distritos que possuem significativa presença de núcleos poloneses, como Alecrim, Alpestre, Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Cândido Godói, Capoeirê, Carlos Gomes, Erechim, Erval Grande, Frederico Westphalen, Gaurama, Getúlio Vargas Giruá, Guarani das Missões, Horizontina, Iraí, Marcelino Ramos, Mariana Pimentel, Paim Filho, Palmeiras das Missões, Planalto, Porto Lucena, Santa Rosa, Santo Antônio da Patrulha, Seberi, Três de Maio, Tucunduva e Viadutos (WENCZENOVICZ, 2002, Capítulo III).

Além disso, vale lembrar que, a partir de 1911 e 1912 e sobretudo após a I Guerra Mundial, milhares de agricultores poloneses emigraram da Polônia para as Colônias Novas e Velhas do Rio Grande do Sul, as quais contribuíram para o acréscimo populacional de origem europeia.

Mesmo com a possibilidade de ocupar outro lote colonial em nova região, não era permitido, segundo a legislação vigente, que os imigrantes ocupassem os lotes que não possuísem concessão legal de uso e posse. A posse também era efetivada somente após a cultura por mais de seis meses.

Havia duas formas de se receber o título do lote colonial: provisória e definitiva. Títulos provisórios eram passados e entregues ao imigrante em 90 dias depois de sua localização e de ter feito a preparação da terra para o cultivo. Já o definitivo era expedido quando o concessionário havia realizado o pagamento integral da dívida contraída para com o estado, com o qual teriam plena e geral quitação do título.

Grande parte dos imigrantes que ocuparam espaços geográfico nas Colônias Novas cumpriram todo esse cronograma prévio à posse definitiva. Todavia, devido a dificuldades geográficas e de cultivo do solo, vários foram os casos de negociação da dívida colonial, aspecto que fazia com que o título definitivo tardasse a ser entregue ao proprietário (DEPARTAMENTO

DE OBRAS PÚBLICAS. Revisão Territorial, Caderneta 10.157, 1928).

Um dos motivos, provavelmente o principal, de as regiões a que se destinavam os imigrantes poloneses no estado do Rio Grande do Sul terem sido as acidentadas e de difícil acesso foi o de que os melhores terrenos já haviam sido ocupados pelos alemães, judeus e italianos. Dentre vários exemplos, pode-se citar o município de Áurea, situado no norte do estado, onde suas terras foram classificadas pelo Inspetoria Estadual de Terras majoritariamente como de baixa qualidade produtiva e com a presença de diversos acidentes geográficos (WENCZENOVICZ, 2001, p. 112).

Entretanto, em meio às dificuldades, o que mais lhes interessava, impulsionando-os neste reinício de vida, era a possibilidade de se tornarem proprietários. Ainda assim, a baixa qualidade da terra, para um grupo essencialmente camponês, repercutiu na configuração social desses imigrantes poloneses que ocuparam espaços em praticamente todo o território do Rio Grande do Sul.

Não bastasse isso, denotam da consequente especificidade econômica e social estigmas e preconceitos vivenciados pelos imigrantes poloneses desde o momento de sua inserção na política migratória sulina. Atribuições culturais e sociais influenciaram o processo de segregação deste grupo, contrastando-se com os demais fluxos migratórios.

O fato de os poloneses emigrarem de um país dominado política, econômica e culturalmente fez com que os mesmos fossem vistos como “polacos sem bandeira”. Aqui no Brasil, eles eram assentados nos núcleos coloniais administrados pelo estado positivista e, para os positivistas, a Polônia estava num patamar inferior aos da Alemanha e da Itália. Acresce-se ao contexto as inúmeras dificuldades enfrentadas no momento da instalação dos núcleos coloniais, onde ocorreram vários

enfrentamentos entre os funcionários da Inspetoria Geral de Terras e os imigrantes poloneses (GRITTI, 2004, p. 209-210).

Instalação no lote colonial

Na propriedade colonial, trabalhavam todos os membros da família. Nos primeiros anos, tiveram que vencer as dificuldades impostas pelo meio, pois não estavam acostumados com o desmatamento e a queimada. Raízes e tocos representavam outra dificuldade. Havia também falta de recursos para sobreviver e para contratar alguém para as tarefas mais especializadas, como a derrubada das árvores (KESSLER, 2003)

Por isso, quando do estabelecimento no lote territorial, o colono aproveitava primeiramente as terras de cultivo mais acessível, com menos pedras e inclinações. As propriedades rurais eram, em sua maioria, de 12 a 25 hectares. Com o passar do tempo, o colono passou a recorrer às reservas florestais devido à falta de madeira para ampliar as instalações ou de lenha, utilizada para cozer os alimentos e aquecer a residência, nos dias frios.

O lote colonial e a família funcionavam como unidade produtiva, sendo que o sucesso dependia do bom desempenho da família. O trabalho da mulher ultrapassava os limites da casa e da educação dos filhos. Ela trabalhava na roça, no estábulo, no galinheiro e na horta. As crianças eram recrutadas para as mais variadas tarefas. Iam para a roça, cuidavam dos animais e auxiliavam no trabalho doméstico.

Nas propriedades, predominavam a policultura e a criação de animais que, geralmente, abrangia aves, porcos, alguns bovinos e cavalos para puxar o arado e a carroça. A ideia central do colono era a autosuficiência. O excedente produzido era destinado à venda para comerciantes locais ou regionais.

Alguns produtos colhidos eram destinados ao benefício, dentro de um incipiente processo de industrialização herdado da Polônia, como se fazia, por exemplo, nos alambiques, que aproveitavam a cana-de-açúcar, nos moinhos que produziam a farinha de milho e trigo e com as frutas que se transformavam em polpa e geleias.

Sabe-se que os colonos obedeciam, nas opções de plantio, às oscilações de mercado, procurando sempre se dedicar a uma cultura de maior rentabilidade. A vantagem econômica para o colono se dava quando optava por cultura anual ou bianual, para enfrentar os momentos de crise.

As dificuldades impostas pelo relevo acarretaram muito trabalho e constituíram um obstáculo para a ascensão financeira dos imigrantes poloneses e consequentemente para a sobrevivência da família. A acidez do solo, associada à falta d'água e ao ataque de animais e insetos (formigas, lagartas, roedores e outros), deixaram muitos colonos em estado miserável em grande parte dos núcleos coloniais. Entretanto, foi neste cenário que desenvolveram atividades visando à edificação e instalação de construções que permitiram a sobrevivência em solo sul-riograndense (WENCZENOVICZ, 2002, Capítulo V).

As casas, em geral, foram construídas próximas às vias de comunicação e mediam em torno de quatro por seis metros, cobertas com pequenas tábuas feitas de madeira, tal qual as moradias italianas. A residência compreendia um ou dois cômodos: cozinha e quarto, sem assoalho, com o piso de terra batida. Os imigrantes dormiam em camas trazidas da Polônia ou em tarimbas construídas por eles. A fumaça e as más condições de higiene eram comuns nessas diminuídas moradias. A cozinha era separada dos quartos para isolar o ambiente das cinzas, da fumaça, dos odores e do picumã.

Ainda não existe um trabalho especializado sobre a arquitetura residencial e a mobília do grupo polonês no Rio Grande do Sul. O pouco que se sabe sobre o assunto está esparsa em

capítulos de estudos sobre o tema e na história oral. Fato é que as mesmas condições de produção, os mesmos materiais e os mesmos recursos técnicos disponíveis no ambiente determinaram uma importante unidade no que se refere à moradia colonial.

As famílias não só construía suas próprias casas como fabricavam também seus móveis e peças de vestuário. No mobiliário, encontravam-se bancos, mesa, guarda-comidas e, nem sempre, armários. Não havia guarda-roupas, o que fosse de vestir era pendurado em pregos fixos nas paredes dos quartos (WENCZENOVICZ, 2002, p. 87).

Às melhores peças do vestuário, usadas geralmente em eventos religiosos e festivos, reservava-se o canto dos quartos, onde pregava-se uma madeira sem farpas para não comprometer a roupa que ali seria pendurada. As vestimentas sujas iam para o tanque ou para cestos específicos. O processo de higienização, lavagem e preservação do vestuário familiar estava reservado ao universo feminino.

João Weiss conta de sua experiência com o mobiliário residencial: “Ainda armamos algumas prateleiras para a guarda de uso diário e construímos com tampos de caixas, uma mesa tosca e alguns bancos. Já podíamos então comer, sentados à mesa” (WEISS, 1949, p. 49).

Além da casa, as propriedades possuíam outras construções de utilidade variada, duas delas muito importantes: o galpão e o abrigo de animais. Muitas vezes, depois de vencidas as primeiras necessidades de edificação, fazia-se um jardim. A facilidade de acesso a um ponto de abastecimento de água foi determinante para decidir a localização da casa, do galpão, do abrigo dos animais e do banheiro.

O galpão, por exemplo, servia como depósito de implementos agrícolas, oficina e, em dias chuvosos, de local para as crianças brincarem. Já na região colonial italiana, para citar outro exemplo, o galpão era um prédio erguido sem acabamento esmerado, sobretudo para armazenar os cereais.



Engenho e moinho da família Modkowsky em Áurea, no Rio Grande do Sul. 1923.

Fonte: Museu Municipal João Modtkowski, Áurea.

Já os animais, inicialmente, eram encerrados por cercas de arbustos, espinhos e galhos entrelaçados. Mais tarde, surgiram as cercas de taipas de madeira e pedra, elemento farto em regiões ocupadas por imigrantes poloneses. Dispensava-se a estética nessas construções. Era grande a preocupação com a saúde e segurança dos animais – aves, bovinos, caprinos, muares e suínos –, pois serviam nas lidas agrícolas e como fonte de proteína alimentar.

Com o passar do tempo, surgiram os cochos para o sal dos animais, alguns com coberturas de duas águas e/ou com depósitos para armazenar cereais, lenhas e forragens. Quando possível, construía-se um bebedouro, permitindo acesso mais curto dos animais à fonte de água, na área aberta reservada à criação, diminuindo o trabalho do colono de conduzi-los para saciar a sede em riachos ou lagos distantes.

Algumas propriedades tinham ainda apiários, alambiques, coelheiras, estábulos, pocilgas e pequenas oficinas para a fabricação do mobiliário, lembrando que utilizavam materiais disponíveis na propriedade. Também próximas à casa, costumavam reservar áreas para plantio, como horta e pomar. Na horta, plantavam-se hortaliças e legumes. As árvores frutíferas podiam estar espalhadas pela propriedade. Mesmo que a preferência fosse a carne, devido ao elementar valor nutritivo do alimento (ainda, a preferência poderia se dar pela escassez de carne na Polônia), os legumes e vegetais eram consumidos fartamente. Engenhos, moinhos, sapatarias e selarias também marcaram presença nas comunidades polonesas.

Com a melhoria das instalações, muitas preocupações com os hábitos de higiene corporal foram sendo dissipadas. Por conta da construção dos primeiros banheiros coloniais, houve possibilidade de tomar banhos mais demorados e tranquilos. Até então, eram os córregos ou rios que serviam de grandes banheiras e os arbustos, de banheiros.

E, com ainda mais ampliação das áreas construídas, o espaço designado para a higiene corporal e as necessidades físicas passou a ser o mesmo local, porém com características arquitetônicas diferenciadas, de forma que “uma casinha de um por dois metros dividia ao meio, servindo uma parte para o W.C. colonial, contendo um banco sobre um buraco fundo, e a outra parte para o chuveiro colonial, que consistia em uma lata de querosene perfurada e suspensa por cordão de couro cru” (WEISS, 1949, p. 56).

A gamela e o tanque serviam para a higiene individualizada. Pela manhã, fazia-se a higiene matinal, lavando-se a face e as mãos. Ao meio-dia, fazia-se o mesmo, lavando-se também os pés. À noite, o banho era mais longo e rigoroso, devido às inúmeras atividades braçais realizadas durante o dia. Geralmente, as crianças eram lavadas com água quente e muito sabão. Lavar a cabeça era tarefa típica dos sábados. No verão, a limpeza corporal era mais frequentes, devido às altas temperaturas (WENCZENOVICZ, 2002, p. 89).

Ao contrário da constituição social vivenciada da Polônia, de vida em pequenas vilas, com pequenas nesgas de terra para cultivar e pouco espaço nas residências, os colonos se depararam com grandes extensões devolutas no Brasil. O processo de colonização e povoamento em lotes coloniais isolados, afastando as famílias, fez com que os colonos providenciassem espaços de convivência coletiva, como a escola e a igreja.

A localização geográfica de grande parte dos núcleos constituídos, majoritariamente por imigrantes poloneses, forçou-os a um isolamento, assim como o tipo de atividade econômica, quase que exclusivamente agrícola, determinou em parte um fechamento à penetração da cultura nacional por meio da educação.

Considerando que a maioria dos imigrantes não sabia ler ou escrever, não se exigia do polonês, para ingresso na atividade

agrícola, nenhum nível de conhecimento, domínio da prática ou técnica. A atividade era decorrente do tipo de organização produtiva da colônia, cuja base era a mão-de-obra familiar. Desde a infância, as crianças ajudavam seus pais na agricultura, não necessitando uma aprendizagem duradoura e orientada.

Inicialmente, os poloneses viam a escola como uma forma de instruir seus filhos, já que esta não era encarada como necessária à ascensão social. A atividade econômica não demandava nenhum tipo de preparo que a escola pudesse fornecer.

As primeiras aulas ocorreram em espaço coletivo, como na capela ou na residência do professor, dependendo do acerto entre pais e professores. As aulas eram ministradas inicialmente em polônês. A tarefa era executada por algum colono que sabia escrever, ler e dominava as quatro operações aritméticas. O pagamento poderia ser em gêneros coloniais. O professor geralmente assumia outros cargos na comunidade, como direção de coral, sessões religiosas, organizador de atividades festivas ou recreativas e até conselheiro.

Livros, eram peças raras. Até existiam algumas preciosidades que acompanharam os imigrantes da Polônia até o Brasil, porém possuíam função muito mais decorativa do que instrutiva. O nível escolar dependia das aptidões e preparo técnico do professor, bem como do desenvolvimento e envolvimento dos alunos.

Até a nacionalização, ocorrida em 1938, praticamente todas escolas dos núcleos poloneses eram bilíngues e de turno integral. O horário e calendário escolar era determinado pelos pais, considerando a época das colheitas, já que a maioria das crianças estava inserida no contexto rural. Nessa dinâmica, todos eram importantes para a manutenção e a produtividade da propriedade, sendo ela de pequeno ou médio porte. As crianças eram, então, um mecanismo integrador da cadeia produtiva, mesmo que executando tarefas menores.



Presença marcante de crianças polonesas em missa campal realizada no ato da Primeira Comunhão, 1942. Erechim.

Fonte: Arquivo Público Juarez Miguel Illa Font. Erechim.

O clero também influenciou a educação nas colônias. O impulso inicial em criar escolas coloniais incentivadas por religiosos católicos demonstrou a permanência da submissão do polonês, pois saindo de uma ambiente senhorial, onde sua iniciativa era diminuída, criou seus primeiros espaços de socialização, com características do Velho Mundo.

Como se constatou, a escola colonial serviu para tirar do analfabetismo uma considerável camada da população de imigrantes poloneses. Entretanto, somente com o desenvolvimento econômico das colônias, no século XIX e XX, e a consequente integração na economia regional e estatal, que o ensino começou a atuar como elemento indispensável e imprescindível aos imigrantes.

A iniciativa e o desejo de construção de um espaço religioso em cada núcleo colonial estiveram ligados intrinsecamente à esmagadora preponderância do elemento aldeão, na composição mental católica do imigrante polonês. A paróquia, era na Polônia do século XIX, o único espaço onde o polonês tinha a oportunidade de participar, ocupando cargos na administração local das atividades paroquiais ou fazendo parte de associações religiosas.

A adoção do cristianismo católico por parte da Polônia, ocorreu em final do século X. A decisão partiu do poder político da época, pois este vínculo serviria de elo entre a Polônia com o restante da Europa ocidental, privando os príncipes germânicos do cômodo pretexto de fazer ataques constantes, por serem os poloneses em maioria pagãos. Com a cristianização, a posição política do império polonês foi fortalecida. Este também beneficiou-se no cenário internacional em face dos demais impérios e principalmente com seus vizinhos que permaneciam pagãos (WACHOVICZ, 1974, p. 24).

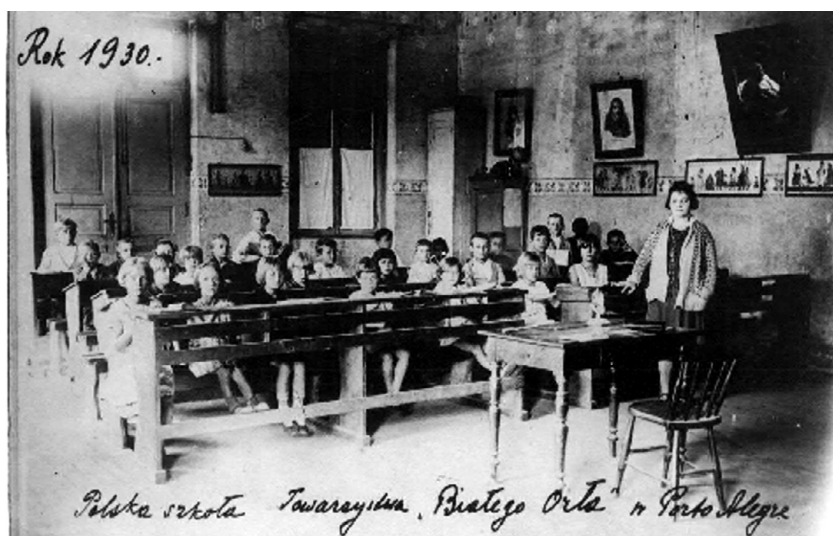
A adoção do catolicismo, por derivar de um acordo político, representou para as camadas dirigentes uma significativa melhoria na condição econômica e social, fazendo com que a

maioria da população composta por camponeses ou proletários rurais e comerciantes formassem um padrão de comportamento que, com o passar dos séculos, concretizar-se-ia com a grande marca do imigrante polonês: a religiosidade católica.

Vale ressaltar, sobre esta condição imposta ao imigrante polonês, a profunda dependência religiosa essencialmente ao culto cristão católico. Mantendo um perfil já executado na Polônia, o clero aliado à nobreza afigurou-se ao homem simples do campo como seu explorador, daí a junção de ambos que figurou em dois fatores: a nobreza ampliava seus bens pela guerra, ou saques, enquanto os eclesiásticos cresciam com as arrecadações/doações e, assim, ambos obtinham resultados positivos devido à dominação cultural e mental através do poder temporal.

Mesmo que o religioso católico fosse tratado em solo nacional da mesma maneira como o era a nobreza na Polônia, viam a capela/igreja como um centro de convergência e socialização. Era tido como espaço sagrado designado as celebrações e a outras atividades religiosas e adquiriu uma conotação ainda mais ampla. Frequentar os espaços religiosos, ademais, configurou-se como uma fuga do cotidiano.

Enquanto predominaram as ideias da estrutura mental vigente nas aldeias polonesas, a obediência ao representante religioso foi total, ultrapassando as fronteiras de ordem espiritual para prosseguir na temporal.



Escola de séries iniciais em Porto Alegre, 1930.

Fonte: Arquivo Histórico de Erechim.



Palavras sobre a infância

A década de 1960 foi um período de consolidação do chamado movimento da *nouvelle histoire* (história nova), corrente apontada por alguns como responsável por uma “revolução francesa da historiografia”, devido ao fato de propor novos objetos, novos métodos e novas linguagens na escrita da história. Entre essas inovações, está a abertura para o estudo do cotidiano dos *homens comuns* e de temas até então reservados à antropologia, como a alimentação, o corpo, o mito, a morte entre outros.

A historiografia ganha obras que trabalham com uma multiplicidade de fontes documentos (diários, memórias de famílias, músicas, receituário médico e demais), usando predominantemente a linguagem narrativa. Composta essencialmente por historiadores franceses, seus princípios estão enraizados no trabalho de historiadores como Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel, responsáveis pela desconstrução da história positivista (linear e progressista) no século XIX. Trata-se de um percurso paralelo ao trilhado pelas inovações na tradição historiográfica marxista, cujo maior nome talvez seja o historiador inglês Edward Thompson.

Aproximadamente, no final da década de 60, a *nouvelle histoire* ganhou uma pluralidade de tendências, entre as quais está aquela que se denomina história das mentalidades, voltada para as sensibilidades e para elucidar diferentes visões de mundo e conceituações presentes em diferentes períodos históricos, na qual Philippe Ariès apresenta sua obra *História social da criança*

e da família. Foi a partir deste livro que um número significativo de novos estudos surgiram ou dele se utilizaram como referencial para a produção de novas investigações historiográficas.

No prefácio da edição de 1973, Ariès aponta alguns dos princípios que norteiam sua interpretação:

A história das mentalidades é sempre, quer o admita ou não, uma história comparativa e regressiva. Parte-se necessariamente do que se conhece sobre o comportamento do homem de hoje, como de um modelo ao qual comparamos os dados do passado – com a condição de, a seguir, considerar o modelo novo, construído com o auxílio de dados do passado, como uma segunda origem, e descer novamente até o presente, modificando a imagem ingênua que tínhamos no início (1973, p. 26).

A partir desses pressupostos, o estudo de Ariès possui dois fios condutores: o primeiro é a constatação de que a ausência do sentido de *infância* – tal como um estágio específico do desenvolvimento do ser humano –, até o fim da Idade Média, abre as portas para uma interpretação das chamadas “sociedades tradicionais” ocidentais. O segundo é que este mesmo processo de definição da infância como um período distinto da vida adulta também abre as portas para uma análise do novo lugar assumido pela criança e pela família nas sociedades modernas. Sua obra foi precursora, portanto, de um novo campo que ficou conhecido como “história da infância” e gerou diversos trabalhos subsequentes.

A constituição desse novo conceito de infância está na transição dos séculos XVII para o XVIII, quando ela passou a ser definida como um período de ingenuidade e fragilidade do ser humano, que deve receber todos os incentivos possíveis para sua felicidade. O início do processo de mudança, por sua vez, nos fins da Idade Média, o conceito tinha como marca o ato de mimar e paparicar as crianças, vistas como meio de entretenimento dos adultos (em especial na elite), hábito criticado

por Montaigne (1533-1592) e outros escritores da época. A morte também passou a ser percebida com dor e abatimento.

Já no século XVII, as perspectivas transitaram para o campo da moral, sob forte influência de um movimento promovido por Igrejas, por leis e pelo Estado, onde a educação ganhou terreno: tratava-se de um instrumento que surgia para colocar a criança “em seu devido lugar”, assim como se fez com os loucos, as prostitutas e os pobres. Embora com uma função disciplinadora, a escola não nasceu com uma definição de idade específica para a criança nela ingressar. Isso porque os referenciais não eram o envelhecimento (ou amadurecimento) do corpo. A ciência moderna ainda não havia triunfado e a *educação* nascia, portanto, com uma função prática, ora de disciplinar, ora de proporcionar conhecimentos técnicos, que posteriormente configurassem uma escola para a elite e outra para o povo.

A análise feita por Áries, portanto, destaca-se por fornecer elementos para se problematizar a infância em uma sociedade que, desde a conclusão da obra, apresentava um individualismo acentuado. Fruto da contemporaneidade, é comum encontrar crianças (e, mais recentemente, adolescentes) vistos como projeções de expectativas dos pais ou que são protegidos ou mimados, reinventando o hábito de fins da Idade Média. Os perigos e consequências dessas práticas podem, sem dúvida, ser melhor compreendidos a partir de reflexões realizadas sobre a evolução do sujeito criança na história.

Pequeninos a bordo

Dentre os fatores que propulsionaram os poloneses a viajarem além-mar, o essencial foi a fragmentação da propriedade rural. A preocupação com a garantia de preservar um mínimo de condições para seus filhos é assinalada em várias obras que versam sobre a imigração polonesa. No entanto, poucos relatam que, além dos muitos homens, mulheres e idosos que

se aventuraram rumo à América, crianças também estiveram presentes e conviveram com esta experiência. Elas subiam a bordo, comumente, acompanhadas de seus pais ou parentes, em caso de orfandade. Tudo leva a crer que o número de crianças era menor que o de adultos naquelas tripulações.

Dos raros apontamentos historiográficos, no tocante a esses pequeninos em viagens, encontram-se citações classificando-os como os que mais estavam propensos ao contágio de doenças e pestes, bem como enjoos e ataques de vômito. Segundo Stolz, “À medida que o navio ia se afastando do continente europeu, começou a balouçar à mercê das ondas do mar. O enjoo generalizou-se a bordo. Crianças e adultos não paravam de marear. O mal-estar aumentou com o calor sufocante à altura da linha do equador” (1997, p. 37).

Ressalta-se que grande parte da historiografia étnica refere-se à travessia oceânica dos imigrantes poloneses como algo insuportável, desgastante e até indigno. Em contraste, é comum encontrar extensos depoimentos dramáticos, beirando o romantismo, sobre a travessia. Sabe-se que a transferência de milhares de famílias de imigrantes poloneses para o Sul ocorreu de forma legal, amparada pelo governo republicana e executado dentro de relativa organização, para que se satisfizessem as necessidades de ocupação programada no estado do Rio Grande do Sul.

Segundo Macierewicz, “os camponeses poloneses tratados na sua própria pátria como algo inferior, de repente foram mais valorizados. Toda a propaganda emigracional, a ajuda do governo, as condições que foram criadas para eles, as primeiras observações na terra brasileira, tudo isso dava aos imigrantes o sentimento que trazem consigo algo de muito valor. Tornam-se assim, participantes da co-criação do Brasil” (1976, p. 176).

A exemplo de uma visão enaltecida, pode-se citar Stolz: “Entre todas as etnias emigradas de seus países de origem, talvez a mais sofrida tenha sido a do povo polonês que navegou o oceano em busca de um novo lar na América. A longa e dificultosa viagem só era compensada para os emigrados ao

lembrarem das vantagens e novas esperanças que encontrariam à frente.”¹ Nos escritos de João Ladislau Wonsowski, em *Nos peraus do rio das Antas*, e nos de Victor Alberto Stawinski, em *Primórdios da imigração polonesa*, também é possível encontrar afirmações semelhantes quanto à questão da travessia.

Durante o grande deslocamento pelo mar, os viajantes poloneses tiveram que se organizar de acordo com um conjunto de atitudes que visassem à convivência coletiva. Acostumados a iniciar a labuta nas primeiras horas da manhã, assim que o dia aparecia, lá estavam eles, no convés ou nos porões, aguardando as refeições e logo esperando o dia passar. Nos momentos de folga, que representavam a maior parte do tempo, procuravam se distrair para manter alguma atividade e evitar o marasmo e, por ventura, conflitos. Alguns tentavam ajudar os auxiliares do navio e marinheiros em diversas funções. A conversa em grupo era a grande atividade. Falavam sobre a vida que deixaram na Europa e, na maioria das vezes, sobre o futuro que os aguardava. Seguidamente, reportavam-se às mensagens de cunho propagandístico divulgadas pelas companhias de viagem, referentes à América e ao Brasil.

Os homens falavam sobre assuntos diversos, desde política até o que plantariam em suas propriedades territoriais – *ziemia*. Já as mulheres tinham a responsabilidade de cuidar da prole. Raramente, elas dividiam espaços de conversa com a ala masculina. Suas preocupações até poderiam ser as mesmas, entretanto não lhes era legado tal direito. Também cabia à mulher a higiene e os cuidados com a saúde das crianças.

No quesito higiene, vários foram os depoimentos sobre um certo descaso durante a travessia. Stolz assinala que: “O emigrante se joga sobre o leito com roupas e sapatos; nele deposita pacotes e malas; os meninos o sujam com urina e fezes, todos ou quase, aí abandonam seus vômitos. Depois de alguns dias de viagem, ele se assemelha a uma cama de canil” (1997, p. 33). Entretanto, analisando os relatórios de viagem, existem diversos apontamentos que demonstram a preocupação frente aos órgãos sanitários e companhias de viagem para que a higiene

peçoal fosse realizada regularmente. A empresa Serro Azul oferecia grandes tinas, que eram enchidas pelos auxiliares de convés e até por passageiros para realizar banhos individuais, em água do mar.

Stolz indica como um dos elementos para a não realização do asseio diário as questões sócio-culturais: “Esses eram, na maioria, gente simples de maneiras rudes acostumados a viver na miséria lidando com a terra. Suas armas eram enxadas, foices, serras e machados. Muitos provavelmente não sabiam como se comportar a bordo de um navio e custavam a se adaptar à vida marítima” (1997, p. 48).

As crianças ficavam sob os cuidados da mãe durante a travessia, exceto as que apresentavam alguma enfermidade. Estas passavam o dia se divertindo. Jogavam xadrez, damas e dominó. Brincavam de roda e entoavam cantigas da cultura popular.

A alimentação

Apesar de estarem sujeitos aos mesmos pratos e proporção de alimentos distribuídos aos adultos, as crianças polonesas, durante a travessia, angariaram vantagens quanto à alimentação. Recebiam uma alimentação mais rica e, assim, tinham menor chance de perecer. Havia uma grande preocupação com a alimentação servida durante a travessia e também depois dela, nos alojamentos, até que os imigrantes se fixassem em propriedade particular, em solo nacional.

Usos e costumes, nos primeiros meses de estabelecimento, foram redimensionados e revigorados em nome da adaptação à nova realidade materna. Um deles versa sobre a amamentação. A historiadora francesa Agnès Fine ressalta que, entre 1920-1950, na Europa, um grande número de mães deixara de nutrir seus filhos com leite materno devido às recomendações médicas. Proliferava no âmbito clínico o discurso de que o aleitamento materno, em algumas circunstâncias, poderia ocasionar malefício à criança.

Dizia-se que, no período de lactação a mãe não deveria ser perturbada, pois isto repercutiria num leite aquoso, com poucos nutrientes. A alimentação, então, deveria ser reforçada para o leite não se tornar fraco (Falkoski, 2006). Também as condições do corpo da mulher interferiam igualmente quando o ciclo menstrual se restaurava ou mesmo quando o corpo estava por gestar novamente. Como se vê, ambos os discursos, popular e médico, estavam permeados de tabus e mitos.

No Brasil, no início do século XX, na tentativa de elevar o papel maternal, as orientações sanitárias impostas pelo poder público empregavam uma drástica revalorização da amamentação. Através do leite, ensinava-se que a mãe transmitiria o amor maternal e a herança moral. A maternidade exigia, além da disposição física das mulheres, a exclusiva dedicação a educar os filhos, através do zelo e do exemplo.

Para os recém-nascidos, dava-se exclusividade ao leite materno. A ênfase ao leite era total, não só por ser mais saudável, como também porque acreditavam que o mesmo servia para barrar doenças. Além do leite, era comum dar às crianças alimentos engrossados com farinha e infusões de ervas e frutas. Essas práticas visavam, na concepção materna, a fortificar logo seus pequeninos, evitando o risco de perdê-los nos primeiros meses.

A preferência pela superalimentação representava uma revanche simbólica sobre a desnutrição, malefício crônico na sociedade camponesa da Polônia. Isso justificaria a utilização das papas como meio de ampliação na alimentação infantil. A preocupação materna era a de manter vivas as crianças, sendo que nem sempre o critério era engordar, mas dar-lhes de comer para não crescer o número de óbitos, presente nesse fluxo migratório.

Entretanto, pode-se assinalar que a ingestão de papas em demasia, considerando a vagarosa atividade dos intestinos e os diminutos estômagos, incentivava a cólica abdominal e a gastroenterite, esta última contribuindo com a elevação da taxa

de óbitos de pequenas vidas no primeiro ano.¹ É importante ressaltar que estes pequenos estavam na mesma situação econômica de seus pais. As epidemias, a fome e a fragmentação da propriedade rural faziam com que a criança fosse a vítima primeira quando das tensões sociais.

Com o passar do tempo, as crianças passaram a ingerir alimentos pastosos e sólidos. A alimentação era semelhante à consumida por adultos. Carnes, frutas, legumes, verduras, acompanhadas de pães e massas, compunham o cardápio dos pequeninos poloneses. O surgimento da dentição fazia com que ocorresse mudanças no cardápio. Desde que começava a mastigar, essas crianças comiam de tudo, participando das refeições comunitárias familiares. Os pequenos iniciavam-se no cardápio familiar, degustando caldos diversos, carnes desfiadas e frutas. Junto a esses alimentos, pode-se acrescentar as conservas e polpas de frutas, mel e doces em geral, estes últimos os preferidos na infância.

Vários foram os alimentos que a prática alimentar dos imigrantes poloneses incorporou. Dentre eles, pode-se citar o abacate, o feijão, a mandioca e o pinhão, que, em muitos momentos, causaram estranheza e rejeição aos imigrantes. A diversidade e a abundância da flora brasileira e, especialmente sulina, contribuíram para que as condições alimentares destes recém-chegados melhorassem substancialmente, em comparação às possibilidades vivenciadas na Polônia.

O intercâmbio do brincar

As primeiras brincadeiras iniciam com o próprio movimento humano. Aos poucos, a criança percebe suas próprias mãos, segura os pés, tateia o nariz e as orelhas e acolhe objetos oferecidos pela família, despertando seus contatos com o mundo de sons, cores e formas que a ela se revelam. A primeira fase

¹ IBGE, Estatísticas do século XX. Taxa de mortalidade infantil no Estado do Rio Grande do Sul.

da vida dos pequeninos poloneses ocorria, intrinsecamente, pelo contato com a mãe, com os outros irmãos e menos intensamente com o pai. A pouca convivência com a figura paterna deveu-se primeiramente a questões de hierarquia familiar e posteriormente a atividades profissionais.

A infância tinha aspectos mais práticos e pouco teóricos. O mais importante deles era, sem dúvida, o relacionamento afetivo entre pais e filhos. Acalentá-los, contar histórias, fazer graças e construir brinquedos eram funções tipicamente de mãe e de mulher. A preocupação materna e com funções instituídas pela sociedade deixou marcas significativas na memória dos imigrantes poloneses.

Não havia mãe que antes de morrer não implorasse às irmãs, comadres e avós, que *olhassem* por seus filhos, dando-lhes possibilidade de crescerem, estudarem e tornarem-se bons e felizes homens. A expressão *amor de mãe* permeou a memória de grande parte dos depoentes, revelando o que estas criaturas, no momento de sua despedida, tinham em suas mentes: a apreensão com o destino de seus dependentes.

Kessler (2003) acrescenta: “Perdemos a mãe muito cedo. Eu tinha 13 anos e o irmão mais novo era recém-nascido. A mãe morreu no parto. A vida depois que a mãe morreu foi muito difícil. Não sabíamos cozinhar, costurar e lavar roupas. Passamos a comer mal e até pouco. Depois de algum tempo, o pai casou novamente, mas a madrasta não gostava tanto de nós quanto a mãe”.

Os mimos em torno da criança dependiam da quantidade de filhos que a família possuía, bem como do cotidiano laboral e da quantidade de atividades que a mãe exercia. Em sua maioria, essas mulheres tinham dupla e até tripla função. Eram mães, esposas, donas-de-casa, cuidavam dos pequenos e médios animais e cultivavam a terra. Carinhos exagerados eram mal vistos, mas os espaços de sociabilidade eram diversos. Sobre isso, Del Priori acrescenta: “Nas grandes famílias extensas da Europa ocidental, onde a presença de crianças de todas as idades e colaterais era permanente, criava-se uma multiplicidade

de convivências que não deixavam jamais os pequeninos sós” (1999, p. 96).

Entretanto, o cotidiano infantil do imigrante polonês estava muito próximo do vivido no mundo adulto. Suas brincadeiras e brinquedos versavam sobre esta realidade: o cultivo da terra. Afirmção esta referenciada nos depoimentos orais, pois, quando a questão *brincadeiras e brinquedos* era abordada nas entrevistas, eram assinalados: o bodoque, a boneca de espiga de milho, os carrinhos, o cata-vento, o cavalo-de-madeira, os jogos utilizando grãos de cereais e o contato com os pequenos animais. Foi assim, portanto, utilizando-se de elementos da natureza e adaptando-os, que a criança daquela época e daquelas origens elaborava seu mundo infantil. Esses brinquedos não eram figuras bonitas e, em alguns momentos, na verdade, eram até toscas, feitas por mãos de crianças e adultos, entretanto exerciam grande papel afetivo, favorecendo a interação criança/adulto e criança/objeto. Afinal, com a dramatização de cenas domésticas e agrícolas do dia-a-dia, sentimentos eram compreendidos e exteriorizados.

Atravessando a lavoura, cruzando áreas de pastagem, lá estavam as crianças, felizes e em liberdade, levando a sério suas brincadeiras de colher, cozinhar, plantar, domesticando e interagindo com bezerros, cães, gatos e outros animais. Em pouco tempo, esses pequeninos passavam a fazer parte do cotidiano agrário para realizar pequenas atividades. As meninas acompanhavam as mães, principalmente nos afazeres que cabiam às mulheres camponesas: costurar, cozinhar, lavagem de roupas, limpeza da casa e arredores, bem como cultivar a horta e o pomar.

Brincadeiras de dança, jogos e atividades de roda, como passa-anel, gato-e-rato, esconde-esconde, eram destaque nas atividades de domingo, dia em que todos poderiam se encontrar. Por meio desses momentos, mesmo que de forma simples, em todos os tempos, a criança estabeleceu vínculos sociais, ajustando-se ao grupo e aceitando a participação de outras crianças com os mesmos direitos. Aprendeu a ganhar, mas também a

perder. Acatando regras, propondo e aceitando modificações... assim aprendia a apoiar o mais fraco e a consagrar o vitorioso.

Segundo Fernandes, ao *sair-se bem*, a criança torna-se confiante e segura. Quando perde se aborrece, mas enfrenta a realidade. Participa e é eliminada, como parte do jogo. Assim aprende a agir como ser social e cresce. Os grupos infantis são grupos de iniciação para a vida por intermédio da experiência e do contato direto com o meio social em que vivem. Mesmo sendo situações vividas de forma elementar, elas antecipam e preparam, capacitando a pessoa pelos diversos estágios culturais até a vida adulta (1978, p. 111).

Brincadeiras e brinquedos

Como assinalado, resultante do ato de interação com o grupo familiar, recebe-se o primeiro brinquedo e inicia-se o ato de brincar. Essa fase inicia por volta dos 12 meses. À medida que o indivíduo cresce, vai aumentando a relação com brinquedos e brincadeiras, atos estes fundamentais para a formação da sua personalidade. De alguma forma, a brincadeira se faz presente e acrescenta elementos indispensáveis ao relacionamento com outras pessoas. Assim, a criança estabelece com os jogos e as brincadeiras uma relação natural e consegue extravasar suas tristezas e alegrias, angústias, entusiasmos, passividades e agressividades. É por meio da brincadeira, portanto, que a criança envolve-se no jogo e partilha com o outro, conhece a si própria e conhece o outro.

E o cotidiano das crianças vai se compondo justamente nessa dinâmica, de dar vida a seres inanimados. É nesse momento que a memória elabora um registro com carinho daquela boneca ou brincadeira vivenciada na primeira infância. Os brinquedos, de fato, fazem parte da construção social do mundo individual e interagem com a pessoa, mesmo que não dotados de movimento algum. Tudo compõe a imaginação e é nela que os brinquedos atuam, preparando as crianças para

uma vida toda que virá pela frente. Segundo Freud (1973), as crianças, ao brincar, situam-se na dimensão do sonho, do devaneio. E, por meio dos brinquedos, transpõem-se barreiras de tempo e espaço e, assim, por momentos, somos capazes de ser o que sonhamos. Por isso, estes objetos se tornaram únicos e têm reservado seu espaço em nossos corações e mentes.

Em se tratando de brinquedos e infância, na obra *Infância e pensamento*, Jeanne Marie Gagnebin escreveu sobre as crianças e a posição diferenciada que assumem diante dos adultos, quando elas veem “aquilo que o adulto não vê mais, os pobres que moram nos porões cujas janelas beiram as calçadas, ou as figuras menores nas bases das estátuas erigidas para os vencedores” (p. 182). É desde esta dimensão que as crianças olham o mundo, marcando com suas perguntas as bordas, as falhas, o invisível, o inaudito. Transformam objetos minúsculos em fantasias, em brincadeiras que se estendem por várias horas, quando não interrompidas por adultos ou por alguma atividade por estes determinada.

Alguns educadores e filósofos garantem que brincar é a base da cultura de um povo, sendo o brinquedo o espelho da sociedade, pois retrata o cotidiano em suas várias formas. Ao se analisar esse universo mágico, descobre-se que o brinquedo é muito mais que entretenimento. É, acima de tudo, um processo cultural que forma, amplia e estabelece valores. Pelo brincar, a criança amadurece, realiza seus sonhos, como já dito, e extravasa seus medos, mas também imita seus pais e o mundo adulto, testando, assim, seus limites.

A história do brinquedo é tão antiga quanto a história do homem. Muitos brinquedos que se tem na atualidade nasceram nas civilizações antigas e boa parte deles permaneceram inalterados ao longo dos tempos. Do Egito, herdou-se o jogo-da-velha e as bolinhas de gude. Da China, o dominó, os cata-ventos e as pipas. Da Grécia e de Roma, pernas-de-pau e marionetes. A viagem pela história dos brinquedos permite percorrer culturas, estilos, modos de vida, regras sociais, uso de materiais, ferramentas e relações pessoais.

Dentre as fontes documentais e depoimentos, podem-se elencar os principais brinquedos utilizados pelos pequeninos poloneses em solo brasileiro. Guardadas as condições materiais dos pesquisadores e entrevistados, os mais citados foram: bodoque, boneca, bola, botão, carrinho, cata-vento, chocalho e diversos jogos.

- 1) Bodoque ou estilingue: É um antigo brinquedo também usado como arma primitiva, pois permite lançar pedras ou outros pequenos projéteis por algumas dezenas de metros adiante. É conhecido por diversos nomes, entre eles *atiradeira*, *bodoque*, *baladeira*, *cetra* ou *setra*. O estilingue é também conhecido em algumas regiões como *funda*, mas registre-se que a *funda* se trata de outro dispositivo, este sem elásticos. Foi com uma funda que, segundo a Bíblia, Davi matou Golias.

Originalmente, o bodoque era montado a partir de uma forquilha de madeira (um galho bifurcado em Y, cuja parte de baixo se usa como cabo) em cujas extremidades simétricas se prendiam as pontas de uma tira elástica. No centro desta tira, é afixada uma peça de couro para conter o objeto que se deseja arremessar. Hoje, entre as crianças, costuma-se usar uma peça de ferro de construção dobrada para fazer as vezes de forquilha e, como elástico, usa-se, uma mangueira de soro fisiológico. Normalmente, é usado como brinquedo e também para caçar passarinhos e outros pequenos animais. Tal objeto marcou significativamente a infância de poloneses imigrantes no Brasil.

- 2) Boneca: As primeiras estatuetas de barro podem ter sido feitas pelo *Homo sapiens* há 40 mil anos, na África e na Ásia, com propósitos ritualísticos. No Museu de História Natural de Viena, na Áustria, encontra-se uma das mais antigas figuras humanas conhecida, a Vênus de Willendorf (de 25 a 20 mil a.C), uma pequena estatueta de formas arredondadas. A transição das bonecas como

- ídolos para brinquedos provavelmente ocorreu no Egito, há 5 mil anos.
- 3) Bola: Este objeto existe há mais de 6.500 anos. As bolas eram feitas de crinas de animais ou de fibra de bambu. A de futebol ficou conhecida no Brasil em 1894, quando Charles Miller veio ao país e implantou as regras deste jogo.
 - 4) Botão: No Brasil, o jogo de botão surgiu pela primeira vez em 1930, quando um aluno de uma escola no Rio de Janeiro inventou moda ao arrancar os botões da própria cueca para brincar numa grande base de madeira. Mais tarde, os meninos começaram a jogar partidas com os botões das calças. A primeira reação da escola: proibir o brinquedo.
 - 5) Carrinho: Os primeiros carrinhos eram feitos de madeira e surgiram com a criação dos automóveis pela indústria Renault. Atualmente, os carrinhos encontrados nas lojas são de plástico, de metal, ou acrílico. Os tradicionais de madeira também ainda podem ser encontrados.
 - 6) Cata-vento: Teve sua criação estimulada pelos moinhos de vento, inventados para gerar energia e moer grãos. Há registros de que o brinquedo surgiu na China, antes de Cristo.
 - 7) Chocalho: Os primeiros chocalhos surgiram no Egito por volta de 1360 a.C. Vários deles podem ser vistos em museus, com formas variadas: de pássaros, porcos, ursos etc. (VON, 2001).

Um dia para as crianças: a comemoração no Brasil

A iniciativa de criar um dia especialmente dedicado às crianças foi do deputado federal Galdino do Valle Filho, ainda na década de 1920. Depois de aprovada pelos deputados, o 12 de Outubro foi oficializado como Dia da Criança pelo presi-

dente Arthur Bernardes, por meio do decreto nº 4.867, de 5 de novembro de 1924 (VON, 2001).

Entretanto, a data somente passou a ter relevância nacional em 1960, quando Eber Alfred Goldberg, diretor comercial da Fábrica de Brinquedos Estrela, fez uma promoção conjunta com a Johnson & Johnson para lançar a Semana do Bebê Robusto. Logo depois, as empresas decidiram criar a Semana da Criança, como meio de aumentar as vendas. Como a proposta surgiu no final de junho e os organizadores pretendiam fazer algo ainda naquele ano, o mês escolhido para a comemoração acabou sendo outubro. A ideia foi um êxito.

No ano seguinte, os fabricantes de brinquedos decidiram escolher um único dia para a promoção e *ressuscitaram* o antigo decreto. A partir daí, o 12 de Outubro se transformou em uma das datas mais importantes do ano para o setor de brinquedos. O dia das crianças, no grupo polonês, passou a compor data comemorativa pelo viés religioso, já que no dia 12 de outubro são realizadas em nível nacional, atividades para Nossa Senhora Aparecida.

Vestuário infantil

Os grupos humanos são identificadas em sua maioria por práticas cotidianas, regiões, religiões, símbolos, rituais, entre outros. Os signos estão contidos nas roupas, nos gestos, na linguagem corporal, nas palavras ou no próprio ambiente em que se inserem. O vestuário está contido no cotidiano humano, não somente por sua estética, mas essencialmente por uma necessidade de proteção corporal, tanto do frio quanto do calor.

Quanto às crianças polonesas, seu vestuário ocupava o lugar de preservação e manutenção do corpo sadio. As famílias polonesas se preocupavam, primeiramente, com a alimentação dos pequeninos, pois o resultado disso representava o crescimento das mesmas, afastadas de enfermidades e moléstias em geral. Também havia necessidade de fazer as crianças se

desenvolverem para, posteriormente, auxiliarem nos afazeres domésticos e nas atividades agrárias, considerando que grande parte do fluxo migratório polonês fixou-se em área rural e dedicou-se à agricultura e à criação de animais.

Geralmente, os poloneses não acompanhavam as tendências do vestir, tão visível em centros urbanos. A justificativa está essencialmente na condição material em que aquelas famílias estavam inseridas e na questão cultural. Devido à escassez financeira, as roupas de crianças e, também as de adultos, eram de confecção doméstica, feitas por máquinas de costura manual. Falkoski (2006) aponta que as responsáveis pela elaboração das peças de vestir era a mãe ou a irmã maior: “Geralmente as costuras eram realizadas em dias chuvosos ou nos intervalos da colheitas. Durante a noite ficava difícil, pois a iluminação era precária e deixar o lampião aceso acrescentaria um custo que nem sempre a família poderia arcar.”

A máquina de costura manual fazia parte do conjunto de objetos denominado “enxoval”, composto de peças de vestuário de uso pessoal e de cama, louças (chaleira, copos, panelas, pratos e outros) e até objetos de artesanato para decorar o ambiente doméstico. Esse acessório era dado à noiva em troca da dedicação laboral na casa de onde procedia, ou seja, era resultado de seu esforço junto aos trabalhos desenvolvidos na propriedade rural. Compunham este cenário, também, os pequenos animais. Era comum entre os poloneses presentear os noivos com aves, suínos e bovinos, especialmente vacas, pois esta garantiria o sustento (leite) da nova vida que viria em breve e, em alguns casos, que já estava a caminho.

Botões, linhas de costura e tecidos eram objetos adquiridos com grande economia no comércio local. Não raro, os tecidos eram adquiridos em grande quantidade pelos comerciantes, o que às vezes gerava constrangimento futuro entre alguns consumidores, quando, com as roupas prontas, topavam com outras pessoas vestuários de mesma cor e espécie de tecido. A diferenciação ficava por conta da criatividade da costureira.



Família Falkoski, em 1938. No centro, o pequenino Casemiro Falkoski.

Fonte: Acervo particular da família Falkoski.

Tinha-se o cuidado de não confeccionar roupas com o mesmo tecido para meninas e meninos, para que não servissem de chacota por parte de outras crianças. Falkoski corrobora esta afirmação: “não ficava bem vestir os guris com a mesma cor que as meninas. Cada um deveria ter uma cor de roupa, assim: para as meninas cores mais claras e estampadas e para os meninos tecidos e cores mais fortes”.

A diferenciação de modelos era determinada especialmente pela questão de gênero. No universo infantil feminino, o vestuário era composto por blusas, calças, camisas, saias e vestidos, com a presença de babados, bordados, fitas e topes, em cores sóbrias. Aos meninos, cabiam os chapéus e os macacões que, costumeiramente, eram chamados de calça meia-canela, com alça e calças com tiracas (suspensório). Roupas novas não significavam novo tecido, pois havia bastante aproveitamento de peças que já não mais serviam. O que sim ocorria era o reaproveitamento, de forma que do desmanche de uma peça podia-se fazer outras para os irmãos menores.

As fraldas dos bebês também eram confeccionadas a partir do reaproveitamento, neste caso de lençóis e toalhas usadas, baietas (pequenas mantas utilizadas para envolver por completo o bebê), coeiros e toucas. Era comum, ainda, envolver os bebês com uma faixa na região do abdômen, chamada de *faixinha*, usada desde o nascimento até 120 a 150 dias após o nascimento do bebê. Servia para manter intocável o restante do cordão umbilical que ficava visível, com aspecto de machucadura, o que posteriormente resultaria no umbigo. As faixas, geralmente brancas e de tecido macio, com pequenas tiras amarradas nos dois lados do corpo, ajudavam a manter firme o tronco do bebê.

Após o nascimento, o cordão umbilical era cortado a alguns centímetros do umbigo. Como nessa área não há nervos, o procedimento não causa dor à criança. Em cerca de dez dias, o coto fica preto e cai. Nesse período é que se observava maior cuidado com o umbigo e se dá o uso da faixa, pois havia risco de infecção, principalmente se o umbigo permanecesse molhado e sujo por muito tempo.



Edmundo Gardolinski. 1929.

Fonte: Núcleo de Pesquisa em História / UFRGS - Porto Alegre - RS.

Atualmente, após o nascimento do bebê, o médico coloca o clampe, um “pregador de plástico” no cordão. A partir daí, ocorre o fechamento desse orifício, que fica na saída do cordão umbilical.

A cicatrização plena do umbigo, naquela época, também representava uma preocupação. Cuidados no manuseio e higiene eram constantes. Considerava-se como exitosa a cicatrização quando era observada a ausência de hérnia umbilical. Essa hérnia era temida pelas mães polonesas, pois era responsável pela protuberância umbilical e esse diferencial poderia apontar uma *deficiência* no indivíduo quando na vida adulta.

O desconhecimento da deformação umbilical gerava angústia, fazendo com que alguns cobrissem a região do umbigo com cataplasmas e até moedas. Atualmente, sabe-se que a prática é inútil e condenável, podendo causar risco de infecção ao recém-nascido. A hérnia tende a desaparecer ou diminuir com a idade. Além disso, criança pequena tem uma musculatura respiratória pouco desenvolvida. Restringir a barriga com curativo pode comprometer a mecânica respiratória.

Alegretti lembrou que: “a faixinha era coisa séria. Deveria ser sempre limpa e cuidada para que o umbigo não infeccionasse.” Acreditavam que servia também para não deixar as crianças rendidas, tortas e ajudava na firmeza de seus corpinhos. A faixinha garantia que as crianças sentassem e caminhassem mais rápido e com poucos tombos. As depoentes afirmaram, ainda, que a higienização dessa parte do corpo era realizada diariamente, utilizando-se a banha como cicatrizante do cordão e do umbigo.

Com relação aos calçados, os imigrantes poloneses experienciavam uma relação dicotômica: eram artigos de extrema necessidade e também de diferencial/luxo. A necessidade ocorria por razões geográficas, devido ao deslocamento por lugares com muitos acidentes naturais, em que se instalavam os imigrantes poloneses. Por outro lado, era considerado artigo de luxo por se tratar de produto industrializado ou de fabricação artesanal, o que dificultava a aquisição.



Escola Municipal - Km 25 - Áurea - RS.

Fonte: Museu Municipal João Modtkowski - Áurea - RS.

Geralmente, os calçados dos maiores eram repassados aos menores, dependendo de seu estado de conservação. Era comum durante a semana, nas atividades cotidianas, andar de pés descalços.

Aos bebês, reservavam-se as botinhas de lã, confeccionadas pelas mães. Era também o presente predileto das comadres ou vizinhas quando visitavam pela primeira vez o novo membro da família. Estas variavam de cor conforme o sexo do bebê.

Chinelos e sapatos de couro ou borrachas vinham com os primeiros passos. Os mais apreciados eram os que aparentemente demonstravam ser de material mais resistente às atividades agrícolas. A cor era geralmente marrom ou preta, para assim não aparecer a sujeira decorrente dos trajetos por estradas empoeiradas ou enlameadas.

Falkoski (2006) afirma: “os sapatos eram muito fortes, com solados de couro, comprados prontos ou feitos pelos sapateiros. Eram usados por muito tempo e geralmente em ocasiões festivas. Em casa quase nunca se usavam sapatos ou sandálias. Algum tempo depois veio a galocha. Porém, se deixavam os calçados para usar em baile, casamentos, festas, missa e velórios”. Esse uso determinado causava estranheza e desconforto para a maioria das crianças.

A não utilização de calçados comprometeu em alguns momentos a saúde dos pés dos pequeninos. Bichos-de-pé, calos, feridas e pequenos cortes eram inevitáveis. Em sua maioria, o tratamento ocorria em casa, utilizando-se de receitas caseiras. Karpinski (2003) lembra que: “para curar os calos se colocava os pés de molho na água morna para amolecer a bolha e após se furava para sair o líquido. O que incomodava era a bolha. Depois de furada, se fazia um curativo com banha e folha gorda. No outro dia, estava cicatrizado”.



Enfermidades na infância

Mesmo sabedores de que grande parte da massa imigracional dirigia-se para os vazios demográficos, fora dos limites geográficos da capital, havia preocupação por parte do poder público de que a permanência de imigrantes, em Montenegro, Porto Alegre ou Rio Grande, durante um longo período poderia impulsionar a disseminação de moléstias, tanto brasileiras quanto europeias. Para transformar a cidade em um espaço sanitário saudável, foi buscada a superação de mais dois grandes problemas urbanos, segundo a ótica do poder público e elites: a superlotação dos barracões que abrigavam os imigrantes e as condições de espaço não compatível para garantir boa higiene e saúde.

Percebe-se que, apesar da existência de várias moléstias em diversas regiões do Estado, a preocupação do poder político era, principalmente, com a vigilância dos portos, de modo a garantir o fluxo migratório que poderia tornar o país ameaçador para estrangeiros e para a própria economia nacional. A inquietude acerca das moléstias na figura do imigrante não era percebida somente nos órgãos responsáveis pelo fluxo migratório, mas também entre os próprios imigrantes.

Em cartas, é possível encontrar a preocupação e o temor que os imigrantes tinham frente a moléstias, especialmente as epidemias que grassavam arrecadando número significativo de vítimas toda vez que entravam em contato com novos grupos. Jan Wietrzykowski relata em carta de 1891, endereçada à Polô-

nia, que fizeram boa viagem, porém 50% das crianças do grupo estavam morrendo de doença. A enfermidade a que o autor se referia tratava-se de uma epidemia de varíola que irrompeu em fins de 1890 e matou, em Caxias do Sul, nos barracões que abrigavam os recém-chegados, mais de 100 crianças polonesas, com idade inferior a sete anos. Até o início de 1891, foram vitimados mais poloneses, prosseguindo a mesma desgraça no decorrer do ano. O fatal acontecimento deixou esses imigrantes totalmente desestruturados, sendo que, ao verem tantos corpos de crianças a serem enterradas, não tiveram outra alternativa que utilizarem vala comum para o sepultamento (STOLZ, 1997, p. 111).

Gardelin também registrou, sob o título “1890: tragédia em Caxias do Sul”, a chegada de uma epidemia que matou grande parte da população infantil dos recém-chegados poloneses. Caxias do Sul foi cenário de uma brutal tragédia nos começos da imigração polonesa. Cerca de 120 crianças, em consequência de uma destruidora epidemia, morreram no curto espaço de 60 a 70 dias, deixando os imigrantes com sensações de abandono e de desalento (JORNAL CORREIO DO POVO, 1974).

A questão do sepultamento coletivo foi assim apontada por Gardelin: “Os pequeninos poloneses foram ceifados impiedosamente e num dia foram realizados quinze enterros. Os corpinhos eram sepultados em covas comuns, no cemitério local” (JORNAL CORREIO DO POVO, 1974).

A tragédia circunda até hoje a memória de descendentes poloneses e, durante muito tempo, acreditou-se que se estava frente a um genocídio, opinião que para alguns ainda persiste como uma convicção. Segundo Groch (2006), o grande número de crianças polonesas que morreram geraram grande abalo emocional, desconfiança e medo. Provavelmente, as razões daquelas desencontradas convicções sobre se tratar de um genocídio deviam-se às raras providências médicas, ao desconhecimento da doença, às dificuldades climáticas e geográficas vivenciadas pelo grupo e ao próprio medo do desconhecido.

Sem falar que incrementavam as desconfianças o fato de ocorrerem tantas mortes somente no grupo polonês, não atacando os italianos, por exemplo, que eram maioria na região. A justificativa encontra-se no isolamento que praticava o grupo polonês e por, raramente, dividirem espaço de convivência com outras derivações europeias, devido à difícil e até inexistente comunicação verbal. Diferenciavam-se inclusive nos hábitos alimentares, comportamentais e de higiene. Por isso, com o ingresso da enfermidade, o isolamento tornou-se ainda maior, fazendo com que o barracão se tornasse um lazareto.

O registro de ser esta uma epidemia polonesa confirmou-se quando este estudo deparou-se com alguns documentos que assinalavam o óbito de diversas crianças, como, por exemplo, as de sobrenomes Bartosz, Benizerski, Cirzewski, Josefinski, Klinski, Kubiak, Lewandoski, Lompa, Madejewski, Markolecki, Mazurek, Michalewski, Moraskowski, Panienski, Wirnicki, Zelewski, entre outros (JORNAL CORREIO DO POVO, 1974).

Stawinski afirma que jamais ocorreu entre os poloneses sobreviventes qualquer ideia de genocídio; que as mortes não eram por causa dos alimentos – proposição cogitada durante muito tempo –, mas por conta da varíola. Também rechaça a ideia de superpopulação nos barracões, pois tal ideia deveu-se, segundo o autor, ao hábito que os poloneses tinham de andar agrupados. Eram conservadores das suas tradições e fiéis à religião e ao patriotismo (JORNAL CORREIO DO POVO, 1974).

O discurso de Stawinski está calcado na tentativa de neutralizar a ação cometida pelos sobreviventes após a morte das crianças, quando um grupo descontente com a situação revoltou-se e atacou o almoxarifado situado em área central de Caxias do Sul, tendo ocorrido a consequente depredação do imóvel.

Quanto à causa da grande quantidade de mortes, existem divergências entre os depoentes e a bibliografia consultada. Stolz aponta como causa uma epidemia de varíola (STOLZ, 1997, p. 111). Gardelin afirma que a tragédia seria consequência de uma gastroenterite infecciosa febril do tipo cólera-*morbus*. Outros apontam como causa a peste bubônica, devido ao estado de fraqueza e sofrimentos passados na viagem (BUSATTA, 1981, p. 47).

Vários depoentes apontam como causa as péssimas condições dos gêneros alimentícios fornecidos pelo almoxarifado do governo. Condição dificilmente aceita, pois havia, por parte dos governos, indiscriminadamente, transporte gratuito até a colônia e ração alimentar compatível até a fixação do imigrante no lote colonial, sendo que a vinda e instalação destes imigrantes compunha parte do plano político nacional.

Outro apontamento se dirigia às condições físicas do barracão que abrigava os imigrantes poloneses, pois este localizava-se próximo ao Moinho Andreazza e a um velho cemitério. O espaço abrigava um número superior ao considerado normal para os padrões da época, deixando-o insalubre, fétido e extremamente quente, pois a estação em que ocorrera a mortandade ocupou essencialmente o período de verão.

Gardolinski comunga com a ideia da causa estar nas péssimas condições de higiene encontradas no barracão, devido à superlotação ocasionada pelo grande número de poloneses que adentraram o Rio Grande do Sul. A situação tornou-se muito séria e, por sua vez, o governo não conseguiu dominar a marcha de acontecimentos. Os mais fracos principalmente as crianças, sucumbiram em massa (GARDOLINSKI, 1958).

No episódio, as crianças foram as principais vítimas, embora pessoas idosas também morressem, porém em número menor. Os sobreviventes foram localizando seus lotes e instalando-se para iniciar a construção das primeiras instalações e cultivo da terra, mesmo amedrontados com o número de mortes que os

recepcionaram. Grande parte dos sobreviventes deste grupo instalou-se na comunidade de São Marcos e, posteriormente, por razões, já apontadas, transferiu-se para o norte do Estado, especialmente para a Colônia de Erechim.

Cura popular e infância

Diversas foram as enfermidades que incidiram sobre a infância dos imigrantes poloneses, independente do período e região. Entretanto, os pequeninos estavam mais expostos às enfermidades devido à sua frágil condição biológica. Considerando o zelo por parte dos genitores, as doenças marcaram espaço na história deste fluxo migratório.

Convivendo cotidianamente com as crianças, os pais aprenderam a interpretar as reações da criança, garantindo-lhes a possibilidade de detectar os sinais de qualquer distúrbio. Os sintomas mais comuns eram problemas digestivos (diarreia e vômitos), febre, dificuldades respiratórias (obstrução da respiração, resfriado e tosse), doenças da garganta, nariz e ouvidos, erupções cutâneas (assaduras, brotoejas e furúnculos) e os distúrbios de comportamento (fadiga, irritação, perturbações de sono e sonolência).

As práticas de cura, em sua maioria, tinham incidência na cultura popular e ocorriam em âmbito doméstico, talvez por que as enfermidades em crianças geravam uma preocupação muito maior nos do seu círculo familiar. Para cada doença, havia um diagnóstico e, por conseguinte, uma busca pela cura.

Primeiramente, os imigrantes tentavam a cura em casa, através de benzeduras, chás e repouso. Benzimento, chá de ervas, quebranto e simpatia eram alguns objetos e práticas pertencentes à cultura popular que pontilhavam o cotidiano daquele grupo étnico. Os procedimentos, rituais, bem como a quantidade de benzeduras dependia da moléstia que se instalara no organismo. Tentava-se amenizar a dor, o sofrimento e

também, em alguns casos, impedir a chegada da morte. Acompanhando as benzeduras, utilizava-se também o aconselhamento pela experiência dos mais vividos, o uso de procedimentos já utilizados e repassados através da tradição e dicas de *cardápios para doentes*.

Falkoski (2006) apresentou este testemunho: “quando apareciam os furúnculos, não era permitido comer gordura, como carne de porco ou frituras. Esta era uma doença muito ruim, pois as feridas apareciam em qualquer lugar do corpo e eram muito doloridas. Era comum tomar banho com erva-de-bicho e não apertar as feridas com as mãos sujas. Somente a mãe poderia tocar ou espremer o pus. Os furúnculos eram muito comuns nas crianças”.

Quando abordado sobre a origem da enfermidade, o depoente disse que era devido ao sangue sujo. Surgia, geralmente, em consequência de erros alimentares, que engrossavam o sangue com gordura e toxinas (FALKOSKI, 2006).

Já Karpinski (2003) aponta como causa da presença de furúnculos em crianças a má alimentação e a falta de hábitos de higiene: “As crianças nem sempre andavam onde deveriam. Cada um que nascia era mais esperto que o outro e corriam em chiqueiros, galinheiros e poteiros, de forma que se colocavam perto dos parasitas dos animais, que transmitiam muitas doenças. Eles corriam o dia todo e somente eram lavados no final da tarde, o que fazia com que as doenças aumentassem”. Foram comuns, no depoimento dessa entrevistada, traços de defesa da eugenia, como melhoria da condição social e sanitária para o grupo polonês.

Várias foram as razões que fizeram que o imigrante polonês procurasse a prática de cura popular. Uma delas era o envolvimento frequente da família no diagnóstico e no tratamento, pois o foco de atenção não estava somente no enfermo, mas também na reação dos familiares.

Outra razão residia no fato de o procedimento da cura ser indolor. Naquela medicina, os doentes não compreendiam os procedimentos utilizados por enfermeiras e médicos, bem como desconheciam o funcionamento dos produtos quimioterápicos. Na rotina das práticas populares, não raro o procedimento mais rude que recomendavam era a ingestão de líquidos amargos, enquanto médicos ofereciam tratamentos agressivos e dolorosos, como a amputação, a cirurgia, o isolamento para os doentes, as sangrias e as purgas.

Em caso de brotoejas, moléstia tão comum em bebês poloneses, também se recorria ao uso de práticas populares. Recomendavam-se banhos tépidos de aveia para ajudar a refrescar a pele e aliviar a coceira. Após, secava-se a pele com tapinhas suaves e não com esfregões vigorosos. Na cura da brotoeja, era possível ainda o uso da nata nas áreas mais avermelhadas (KARPINSKI, 2003).

Também se pode citar como um fator determinante da procura pelas práticas populares (benzedeira) a questão financeira. O pagamento era relativamente acessível a todas as categorias, pois poderia se concretizar através da entrega de espécies, produtos provenientes do meio rural, como carnes, cereais, frutas, legumes, leite, pequenos animais e mão-de-obra.

Deparando-se com um leque de inquietações e dúvidas que lhes eram encaminhadas, as benzedeiras desenvolveram práticas de cura heterogênea, reconhecendo a forma como se dava a organização social de seu ofício – trabalho individual, artesanal, com consultório próprio. Geralmente, uma benzedeira não se subordinava a outra benzedeira. Assumia os riscos de suas práticas, cercada de criatividade e simbolismos ecléticos.

Vários elementos eram mobilizados para os pacientes, quando as benzedeiras curavam doenças. Prescreviam orientações dietéticas, encaminhavam questões amorosas, dissipavam sofrimentos, iluminavam infortúnios através de rituais de cura, de ações reguladoras e de interdições simbólicas. Quando

benzedeiros atuavam nas doenças, através de uma intensificação da interação entre as representações das doenças e as formas de cura, elas perpassavam vários níveis explicativos, que se apresentavam interconectados, para compreender o sentido da doença e alcançar as causas últimas do adoecer.

Transitando entre mundos – o transpessoal e o ordinário –, a benzedeira reordena, reequaciona o real para um plano transcendente, porque transpõe seu estoque terapêutico inicial (função social), recriando permanentemente seu significado original, fazendo-o tornar-se signifiante. No ato, ela recoloca permanentemente os sentidos da doença; produz, recria, amplia, substitui fórmulas, resgata a dimensão mítica ao real – na medida em que seus deuses passam a ser parte da população do conhecimento sobre o mundo, e sua humanidade parece reconstruída numa noção muito própria de tempo, história, puro/ímpuro, sagrado/profano.

Cocceira indesejável: bicho-de-pé, piolho e sarna

As doenças cutâneas também marcaram o cotidiano infantil das crianças polonesas. Dentre essas, pode-se citar o bicho-de-pé, o piolho e a sarna. A infestação ocorria geralmente devido às atividades lúdicas ou tarefas domésticas que as crianças desenvolviam no decorrer da infância.

O bicho-de-pé (*Tunga penetrans*) é uma pulga que se aloja na pele do hospedeiro (homem ou animal), causando uma infecção caracterizada por inchaços dolorosos, localizados principalmente ao redor de onde o inseto penetrou. Ainda que seja mais comum sob as unhas ou entre os dedos dos pés, pode-se pegar bicho-de-pé em qualquer parte do corpo.

O bicho-de-pé pula em direção ao hospedeiro para penetrar na pele. As larvas podem ser encontradas em chão de terra e solos arenosos. O adulto (pulga) possui coloração marrom

avermelhada e mede cerca de 1 mm de comprimento. A fêmea grávida pode chegar a ter o tamanho de uma ervilha. É a fêmea adulta e fertilizada que perfura a pele do homem (e de outros mamíferos) e aloja-se ficando com o segmento abdominal paralelo à superfície da pele. Alimenta-se do sangue do hospedeiro e vai expelindo os ovos maduros pelo ovipositor. Uma fêmea pode produzir de 150 a 200 ovos durante um tempo de 7 a 10 dias. Depois desse período, a fêmea morre e cai (CORREIA, 2001).

O contágio ocorria geralmente pelo não uso de calçados em locais infestados. O período de maior disseminação ocorria no verão, também havendo casos no inverno. Os locais prediletos deste inseto pareciam ser os chiqueiros, galinheiros e estrebarias.

O ataque do bicho-de-pé iniciava causando uma leve coceira, seguida de inflamações e úlceras localizadas. Geralmente, as crianças sinalizavam a presença do intruso no momento em que o processo inflamatório já havia se instalado. Karpinski (2003) lembra que: “ficava uma bolinha amarela, parecida com pus, mas eram os ovos do bicho. Primeiro coçava e depois doía. O lugar onde mais o bicho gosta de ficar é perto da unhas”.

O procedimento padrão para o tratamento do bicho-de-pé era removê-lo com agulha ou alfinete previamente esterilizados. Para a esterilização, utilizava-se água quente ou cachaça. Era preciso, a fins de término de procedimento, que se retirasse completamente o invólucro de dentro da pele. Recomendava-se também tratar as infecções secundárias com cataplasma de banha e ervas diversas. Os restos do bicho-de-pé geralmente eram incinerados, evitando assim nova contaminação.

O cuidado na higienização pós-retirada ocorria devido à preocupação com o tétano e a gangrena, que resultavam de infecções secundárias. Sabe-se que a inflamação de longa data poderia resultar, em casos graves, até em autoamputação dos dedos dos pés.

O piolho de cabelo é um inseto do tamanho de uma semente de gergelim que vive de sangue. A picada desse inseto

causa forte coceira e deixa um ponto vermelho semelhante a uma picada de mosquito no local atingido. Dificilmente, pode-se enxergar um piolho adulto. Os imigrantes viam comumente as lêndeas, que são os ovos do piolho presos no cabelo, também frequentemente confundidas com caspas.

O piolho se espalha de forma rápida, pois põe em torno de 6 ovos por dia e, independente da higienização, pode-se pegar piolho. A criança contraía piolho na escola ou através do contato com qualquer pessoa que possuísse o inseto.

Para tirar as lêndeas, geralmente se direcionava a criança para uma local iluminado para poder detectar os ovos nas raízes dos cabelos. As lêndeas possuem uma coloração esbranquiçada ou cinza, dificultando a visualização, principalmente por causa dos cabelos loiros da maioria das crianças polonesas. Para a retirada desses seres indesejados, usava-se um pente de dentes finos, recomendando-se, inclusive, aplicações localizadas de vinagre. Objetos pessoais e roupas de cama eram alvejados e lavados com mais frequência quando se constatava a presença do parasita na criança.

Falkoski (2006) lembra que: “Os piolhos eram comuns nas crianças. Quando um pegava todos tinham, pois as brincadeiras e a ida para a escola ocorriam em grupo. Em caso de grande quantidade era comum raspar a cabeça. Para os meninos não tinha problema, mas as meninas não gostavam. Ter cabelos compridos era mais bonito e, por isso ficavam tristes e em alguns casos serviam de gozação por parte dos meninos”.

O tratamento do piolho ocorria em âmbito domiciliar e era administrado pela mãe ou irmãs mais velhas. Após detectar o problema, fazia-se uma série de lavagens e aplicação de infusões compostas de arruda, vinagre e muito sabão. Procurava-se por lêndeas a cada 10 dias. Os depoentes assinalaram que os inseticidas apareceram mais tarde, em relação aos primeiros anos da imigração, sendo que o mais lembrado daqueles produtos antigos foi o chamado *Neocid*.

O coça-coça e a sarna também acompanharam os pequeninos poloneses na primeira fase da vida. Comichões eram geralmente resultantes do contato com plantas e logo potenciados pela ação solar que causava erupções na derme. E era comum às crianças estar em contato diário com plantas – as mais comuns eram arroeira, micuim e pó-de-mico – que têm características próprias de provocar desconfortáveis pruridos. Também se tem registro das urticárias e coceiras em pés e pernas causadas pela grama roseta e urtiga.

A sarna, enfermidade mais complexa, é uma inflamação da pele, causada por um ácaro que se instalava na sua superfície e depositava seus ovos nas camadas inferiores da derme, causando grande coceira e irritabilidade cutânea. As regiões mais atingidas pela infecção, naquele tempo, eram as membranas entre os dedos das mãos e dos pés, os tornozelos, as articulações do joelho, incluindo as axilas e as virilhas.

A pele tornava-se hipersensível e formavam-se pequenas bolhas, que, quando coçadas, causavam irritações e ferimentos de maior gravidade. A sarna, como as demais moléstias, espalhava-se com rapidez entre os outros membros da família, em especial entre as crianças, devido ao contato físico mais iminente. A sarna também fazia com que a quantidade de banhos fosse duplicada e até triplicada para atenuar a sensação incômoda da coceira. Roupas de uso pessoal e de cama eram também lavadas com maior frequência.

Para o tratamento, recomendava-se o banho de imersão com o uso de ervas, como a arruda, o alecrim, a camomila e a sálvia. Nesses casos, tinha-se também o cuidado na escolha dos tecidos que compunham o vestuário infantil, evitando a lã ou tecidos que causassem maior irritabilidade na pele. Alegretti (2005) sinaliza a existência de produtos quimioterápicos para a cura da sarna e cita o mitigal e o pó pelotense como bons remédios, à época.

A lista de remédios quimioterápicos apresentava características positivas desde a cura para enfermidades corriqueiras até as mais graves, por mais que os pesquisadores não apreciassem o gosto desses medicamentos. Na imprensa jornalística, foi possível constatar inúmeros anúncios que enfatizavam a eficiência de certas drogas, em contra-partida às utilizadas nas práticas de cura popular. Dentre elas, pode-se citar:

<i>Nome</i>	<i>Indicação</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Fabricação/ distribuidor</i>
<i>Amina-Zin</i>	<i>Desnutrição</i>	<i>Líquido</i>	<i>Rio de Janeiro</i>
<i>Caseon</i>	<i>Diarreia</i>	<i>Líquido</i>	<i>Porto Alegre e Pelotas</i>
<i>Gotas Indianas</i>	<i>Pulmões</i>	<i>Líquido</i>	<i>Porto Alegre</i>
<i>Hustenil</i>	<i>Bronquite e coqueluche</i>	<i>Líquido (Gotas)</i>	<i>Rio de Janeiro</i>
<i>Lactovermil</i>	<i>Vermes</i>	<i>Líquido</i>	<i>Rio de Janeiro</i>
<i>Lebertran "A"</i>	<i>Anemia e pré-tuberculose</i>	<i>Líquido</i>	<i>Rio de Janeiro</i>
<i>Leite Infantil</i>	<i>Anemia e ausência do leite materno</i>	<i>Pó</i>	<i>Rio de Janeiro e São Paulo</i>
<i>Licor de Cacau</i>	<i>Vermes</i>	<i>Líquido</i>	<i>Porto Alegre</i>
<i>Nutril Xavier</i>	<i>Tônico</i>	<i>Líquido</i>	<i>Porto Alegre</i>
<i>Pastilhas Gutturraes</i>	<i>Doenças respiratórias</i>	<i>Comprimido</i>	<i>Rio de Janeiro</i>
<i>Peitoral de Angico Pelotense</i>	<i>Doenças respiratórias</i>	<i>Líquido</i>	<i>Pelotas</i>
<i>Pepsil</i>	<i>Vômito e dispepsia</i>	<i>Líquido</i>	<i>Rio de Janeiro</i>
<i>Píbulas do Dr. Ayer</i>	<i>Depurativo</i>	<i>Comprimido</i>	<i>Porto Alegre</i>

<i>Nome</i>	<i>Indicação</i>	<i>Tipologia</i>	<i>Fabricação/ distribuidor</i>
<i>Pomada Santa Lúcia</i>	<i>Assaduras, feridas e sarna</i>	<i>Creme</i>	<i>Porto Alegre</i>
<i>Tônico Infantil</i>	<i>Anemia e raquitismo</i>	<i>Líquido</i>	<i>Rio de Janeiro</i>
<i>Xarope de Bromélia Fischer</i>	<i>Pulmões</i>	<i>Líquido</i>	<i>Porto Alegre</i>

Fonte: Jomal *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 1925-1950.

Amargos, doces e azedos: remédios para criança

A dosagem e a quantidade de elementos usados no processo de cura para as crianças era recomendada a partir do reconhecimento da enfermidade e das condições físicas e emocionais do enfermo. Alegretti lembra que, para as crianças, havia que se cuidar na indicação de chás ou xaropes, de sorte que não fossem muito amargos ou azedos, pois isso impossibilitaria que a família ministrasse adequadamente o tratamento. Sempre que possível, procurava-se oferecer um tratamento sem dor ou sofrimento.

Porém, nem todos os tratamentos poderiam ser assim administrados. A exemplo, a depoente Elisabeth Alegretti cita o amarelão (ancilostomíase, infecção intestinal produzida por parasitos), doença muito comum nas crianças polonesas. Para curá-la, o cozido deveria ser forte, principalmente se já estava em estado avançado. Vários eram os elementos utilizados, como, por exemplo, açúcar mascavo, canela, cravo, folhas de coqueiro, funcho, picão, pregos enferrujados, suco de beterraba e vinho. Todos os ingredientes devidamente cozidos resultariam num xarope que deveria ser armazenado em local seco e com pouca luz. Isso era ministrado para a criança de duas a três vezes ao dia (ALEGRETTI, 2005).

A composição de cataplasmas e pomadas também fazia parte do dia-a-dia das benzedeiras. Para essa manipulação, utilizavam-se de banha de porco e cera de abelha, acrescidas de ervas variadas, como arruda, confrei, erva-de-bicho, malva e pata-de-vaca.

As fraturas também eram tratadas em âmbito domiciliar e práticas populares. Utilizava-se a tala e a imobilização da parte atingida. As talas poderiam ser de madeira ou taquara (bambu), seguidas de um invólucro de faixas estreitas de tecidos. As tiras de tecidos também foram usadas em suturas nos casos de cortes profundos e hemorragias. Tinha-se preferência por tecidos brancos ou cores claras para melhor visualização do fluxo sanguíneo, caso não cessasse.

Fraturas e luxações na infância eram comuns. A intensa atividade e locais escolhidos ou designados para o cotidiano dos pequeninos poloneses levavam a que esses incidentes os acomessem pelo menos uma vez na infância. Tanto meninos quanto meninas fraturavam braços, pernas, dedos e até a clavícula por conta de suas atividades, nem sempre lúdicas. Kessler (2003) lembra: “tinha muita dor nas costas e de tanto reclamar para o pai ele me levou na benzedeira para costurar. Não adiantava somente costurar, tinha que enfaixar, porque havia deslocado uma costela”.

É importante ressaltar as condições em que estavam inseridos estes pequeninos poloneses. A labuta diária da família camponesa nem sempre levava em consideração a importância do brincar e do desenvolvimento de atividades compatíveis com a faixa etária e a capacidade física desses seres humanos. A necessidade de que a propriedade prosperasse levava o genitor a utilizar a mão-de-obra familiar em demasia.

O princípio de autoridade e disciplina incorre nos depoimentos analisados. Os pequeninos deviam respeitar os adultos, pai, mãe, professores e superiores. O sistema de castigos corporais (beliscões, puxões de cabelo, braço e orelhas e tapas),

censura (silêncio involuntário e xingamento) e recompensas (guloseimas e abrandamento de tarefas) foram apresentados pelos depoentes como meios intermediários para formar hábitos e forçar a aprendizagem.

Medo secular: enfermeiras, injeções e médicos

O medo faz parte da vida de todas as crianças, embora não tenham ainda condições emocionais para enfrentá-lo. Por essa razão, todos os medos da infância, alguns absurdos, outros nem tanto, eram considerados pavorosos, principalmente os relacionados aos profissionais da saúde. Todos os instrumentos e as práticas médicas eram temidas pelos pequeninos, causando, em certos momentos, diferentes graus de constrangimento entre família, médico e paciente.

O medo, por mais que seja parte do desenvolvimento infantil, em geral, é transitório e não produz grandes perturbações na vida diária da criança. Embora a capacidade de vivenciar o medo seja uma função biológica inata, respostas de medo a certos objetos e situações são, em grande parte, adquiridas através da aprendizagem.

Na verdade, as experiências com medos apropriados à idade ajudam a criança a desenvolver habilidades de enfrentamento. No entanto, muitos medos infantis inicialmente normais podem persistir por longos períodos e produzir diversos problemas para a criança e para sua família.

Assim, isso pode expandir-se ao medo do tratamento médico, por exemplo. E isso pode ter diversas origens, sendo que as mais frequentes são as experiências vividas a partir da dor ou de práticas de cura com procedimentos dolorosos. Outras podem ser transmitidas à criança por pessoas diretamente no meio familiar.

Algumas evidências indicam que o medo do tratamento médico começa na infância, mas pouco se conhece como esses medos (e os comportamentos de esquiva subsequentes) se desenvolvem. A ansiedade, por outro lado, é entendida como uma resposta a situações nas quais a fonte de ameaça ao indivíduo não está bem definida, é ambígua ou não está objetivamente presente.

Como já assinalado, enfermidades mais complexas e de desconhecimento familiar exigiam a presença do médico, porém com restrições, considerando a condição material a que o grupo estava exposto. Procurar o médico incutia investimentos com transporte, consulta, internação e remédios. Doenças que exigiam o acompanhamento médico eram as consideradas graves, como pneumonia, ou as de possível contágio, como os casos de meningite.

O primeiro impacto dava-se no momento em que o médico apresentava à família o diagnóstico. O choque não raro gerava uma avalanche de emoções e incertezas. As reações mais comuns eram confusão, negação, medo, raiva, culpa e desgosto. Muitos pais passavam por esses sentimentos em momentos diferentes e em diferentes graus de intensidade.

Em sua maioria, era a mãe que externalizava primeiramente o sentimento de preocupação frente ao diagnóstico. O medo do desconhecido e a não compreensão do discurso médico também geravam incerteza. A exemplo, pode-se citar a família Kozak que, ao procurar o médico na cidade de Getúlio Vargas, em 1928, deparou-se com o diagnóstico de que seu filho Rodolpho estava acometido de meningite. Em poucos dias, a família retornou para o distrito de Treze de Maio (atual município de Áurea), acompanhada de Rodolpho, então falecido.

Em 10 de abril de 1928, constatou-se no atestado de óbito de Rodolpho Kozak, com três meses de idade, que tinha como causa do óbito a meningite. O atendimento médico não foi suficiente naquele tempo, devido ao agravamento da en-

fermidade no momento em que a família procurou assistência (REGISTRO CIVIL DE ÁUREA, 1928).

Era comum, após receber o diagnóstico e, talvez, mesmo após uma longa explicação, haver dificuldade de compreensão da enfermidade, isso motivado por falta de conhecimento, dificuldade linguística e o medo de que as doenças grassassem entre os imigrantes. Entretanto, raro eram os responsáveis dos pequeninos que não tinham conhecimento da gravidade da doença, pois costumavam buscar tentativas de cura em âmbito domiciliar, nas práticas populares e até no misticismo. Kessler (2003) acrescenta a este entendimento que: “Se procurava o médico em último caso. Tudo era difícil e muito caro”.

Registra-se também que o cuidado com uma criança doente colocava sob tensão toda a estrutura familiar. O afastamento da mãe por causa das tarefas domésticas comprometia o andamento das práticas cotidianas, como alimentação, higiene e outras. Ademais, moléstias de média e longa duração também comprometiam o cultivo e a produtividade da propriedade.

Em visita ao distrito de Treze de Maio, Alexandre Stefanski, funcionário da Comissão de Terras da Colônia Erechim, assinalou a condição de Constante Guembiczki, proprietário do lote 46, Linha 4, como “ruim” devido à condição em que o mesmo vivia: “Sua terra é com bastante pedra, colono pobre porque tem 5 filhos doentes e aleijados” (CADERNETA ORAS PÚBLICAS, 1928).

A aparente injustiça da enfermidade acometia não somente o cotidiano da família, mas exclusivamente o pequenino enfermo. Além da dor e desconforto das diversas doenças que abateram estes seres, havia também o medo das práticas médicas, como assinalado, da administração de remédios e das odiosas injeções.

A aplicação de injeções, soro e ventosas eram tarefas divididas entre médico e enfermeiras. A simples presença destes no quarto gerava choro instantâneo, tentativa de fuga e raiva.

Os bebês, devido à não compreensão, somente reconheciam o desconforto da aplicação de uma injeção após várias picadas. Os maiores tinham reação imediata, buscando aconchego e anulação do ato no colo materno ou no de familiar presente.



Seringa utilizada em procedimentos médicos na década de 1940. Propriedade de Malvina Duran Abal.

Fonte: Arquivo Público Juarez Miguel Illa Font. Erechim.

Para livrar-se da aplicação, valiam-se de choros, fugas, mordidas, justificativas de melhoras significativas no quadro clínico e xingamentos em polonês, para que o então *agressor* não entendesse o falado e, de outra parte, comovesse o familiar em livrar um parente, no caso a criança daquele suplício. Vale lembrar que os métodos e materiais usados não forneciam a menor atração em termos de interação com os pacientes.

Alegretti (2005) afirmou que: “as agulhas eram grossas e o líquido geralmente grosso, o que fazia com que a dor aumentasse. Quando se era muito magro ou pequeno, as injeções eram aplicadas nas veias e até na cabeça. Além da marca (hematoma) a dor ficava por vários dias. Quando as crianças ficavam muito tempo no hospital e tomavam muitas injeções, as enfermeiras, ao liberarem do hospital, chegavam a enfaixar as partes onde estavam mais roxas. A mais visível era a cabeça,

que quase sempre rapavam o cabelo. O antebraço também era enfaixado em casos extremos de visibilidade das aplicações”.

Morte na infância

As doenças foram a causa principal de óbitos de crianças na imigração polonesa. A morte precedida de enfermidade alterava o ambiente familiar e trazia o desconforto de inversão da lógica natural de os pais morrerem posteriormente aos filhos.

A criança doente representava em si mesma uma situação grave e importante para os pais, pois a doença significava uma alteração completa em todo o ambiente familiar. Quando a criança estava sadia, a família mantinha certa tonalidade afetiva com os pais despreocupados e satisfeitos com a atividade infantil. A criança doente ficava triste, com problemas de conduta, alterando a cotidianidade familiar. Além das doenças, os acidentes, a falta de cuidados básicos, como alimentação insuficiente e inadequada também foram alguns fatores responsáveis pelos óbitos de crianças entre os imigrantes poloneses.

Eram os familiares os primeiros a serem comunicados da morte, mesmo que estivessem em atividades de campo ou na cidade. Posteriormente, eram notificados os vizinhos mais próximos, que se encarregavam, por sua vez, de avisar os mais distantes. Parentes residentes em outras cidades nem sempre eram avisados no mesmo dia, devido à distância. Os que residiam em outro Estado, conheciam o fato por carta, após semanas e até meses do falecimento.

A morte repentina era muito lastimada, principalmente se fosse o pai da família, o que colocava em crise a economia familiar camponesa. Mortes precedidas de enfermidade, sobretudo de idosos, já esperadas, eram recebidas com naturalidade e, não raro, como libertação, em diversos sentidos. Já a morte de crianças era muito lastimada.

Mortes tendo como causa enfermidades infecto-contagiosas exigiam maior precaução no ato de velar. Devido à falta de

compreensão e conhecimento acerca de algumas moléstias, recomendava-se que o caixão permanecesse aberto somente por algum tempo e não durante todo o funeral, justamente para evitar contágios e constrangimentos para a família enlutada. O mesmo ocorria com as mortes precedidas de acidentes de trabalho – esmagamento de membros e/ou órgãos por equipamentos agrícolas ou derrubada de árvores –, quando comprometiam a aparência do falecido. A deformação do corpo poderia mal expor ainda a partida do convívio e dos entes queridos ou dificultar sua passagem para a eternidade ou para o céu (para maioria católica).

Já os acidentes domésticos que envolveram crianças marcaram presença na história da infância polonesa. Dentre os acidentes, pode-se destacar a mutilação dos membros superiores nas moendas e trilhadeiras, que se não tratadas resultavam em óbito. Quedas de árvores e de telhados de galpões, bem como afogamentos sinalizavam a total inserção dos pequenos poloneses no mundo agrário.

Após a constatação da morte, geralmente se iniciava a preparação por um familiar para o cerimonial fúnebre, e, em alguns casos, com a presença de um religioso. O corpo era lavado e vestido cuidadosamente para que o defunto tivesse a melhor aparência possível após a morte. Era-lhe dado um banho, e logo o cabelo e as unhas eram cortados antes que o corpo endurecesse, para que a tarefa não fosse dificultada depois (GALVÃO, 1995, p. 87).

Além disso, a toalete tinha por fim conferir ao defunto purificação para preparar o seu renascimento. Em geral, esse tipo de trabalho era auferido às mulheres, pois elas o realizariam com a delicadeza materna. Responsabilizavam-se por esta tarefa a mãe, a madrinha, a irmã e, em alguns casos, até mesmo a avó do pequeno finado.

A vestimenta para o funeral também era preparada com todo o cuidado possível. As roupas escolhidas eram geralmente

as melhores. Para menino, camisa, calça e colete; para meninas, saia com blusa ou vestido, preferencialmente em cores sóbrias e neutras. A cor preferida para o sepultamento dos anjinhos poloneses era a branca. Já os bebês eram velados e enterrados com vestidos compridos, independentemente do sexo, diferenciando-os somente pela cor da veste.

Em caso de enfermidade de média e longa duração, a roupa era confeccionada com mais tempo. Durante o período da doença, a família do pequeno enfermo preparava-se, mesmo sempre trabalhando com a possibilidade da recuperação.

Nem todos os imigrantes poloneses tiveram a oportunidade de vestir roupas novas em seus momentos finais. As dificuldades econômicas e imposições geográficas em que se encontrava a residência enlutada impossibilitavam o deslocamento da família para o centro comercial, para comprar tecidos e aviamentos e, então, confeccionar uma nova roupa.

A comunicação da morte e o convite para o funeral e velório ocorriam concomitante à preparação das cerimônias fúnebres. Após todos os avisos dados e a confecção do ataúde finalizada, dava-se início ao velório. Ao chegar à residência enlutada, os presentes encontravam o cadáver iluminado costumeiramente por velas e cercado de flores. Esta sentinela oferecida ao defunto durava de 24 a 36 horas, no melhor e maior espaço da casa.

Na sala onde o corpo era colocado, seus pés ficavam sempre voltados para a porta e deste mesmo modo era levado ao cemitério. Representação essa calcada na crença que se devia sair da vida de forma contrária à que nela se entrou (REIS, 1991, p. 111). O rosto do finado ficava desnudo durante o velório ou envolto em fino véu. Em casos de a boca ou os olhos ficarem abertos, recorria-se à moeda para fechar os olhos e à mordaca amarrada em volta da cabeça para tapar a boca. Talvez o costume de deixar o rosto à mostra estivesse ligado ao fato de que, assim, poder-se-ia perceber algum possível sinal de vida

ante um desengano, mas também pretendia mostrar a todos a finitude do ser humano.

Chiavenato atesta que, a partir de um certo momento, o que se faz com o cadáver pouco tem a ver com o morto e sim com as crenças que historicamente foram se formando sobre a morte. Começaram a fechar os olhos dos mortos, por exemplo, para que estes não vissem o caminho até a sepultura por onde poderiam retornar (CHIAVENATTO, 1998, p. 17).

Dentro de todo esse ritualismo da morte, um objeto de extrema importância era o caixão. O ataúde, nas comunidades polonesas, era de confecção doméstica. Em cada linha, existia um colono que se dedicava à produção de caixões. Eram feitos em madeira, pregados e forrados com tecido. Em se tratando de crianças, os ataúdes eram merecedores de pinturas e decorações, porém era raro pintá-los para adultos. Conjuntamente com as flores e a ambientação, os ataúdes para crianças reportavam ao mundo dos anjos – elementos tão importantes no período pós-morte.

Ao contrário do que ocorria nos nascimentos, as crianças eram iniciadas nos rituais que cercavam a morte, quando prestavam, junto dos adultos, as últimas homenagens aos mortos. As cerimônias fúnebres constituíam uma forma de o passado estar sempre presente. Enterros, missas, velórios presenteavam aquele que já não existia, conservando algumas de suas recordações.

O ritual da morte sempre teve um sentido afetivo, por significar a separação dos que conviveram juntos. É, igualmente, um momento de confraternização, estreitamento de relações, de alianças e de homenagem social.

Após a morte de alguém, o enterro poderia transcorrer num período de 24 horas ou mais, como em casos em que se esperava a chegada de algum parente ou familiar que residisse distante. Devido às condições geográficas e de transporte, geralmente a pé, os visitantes pernoitavam e alimentavam-se, até o enterro, na casa enlutada ou nas casas dos vizinhos mais próximos.

A alimentação era por conta da família enlutada. Matava-se um porco e, em algumas situações, até mesmo um boi

para alimentar a todos. Bebia-se cachaça, café e chimarrão. Principalmente, à noite, servia-se café para driblar o sono. As mulheres faziam massas e pães para acompanhar. Os primeiros a se alimentar eram os familiares, seguidos das crianças presentes, que aproveitavam o momento para fazer novos amigos ou reencontrar os já conhecidos em outros funerais.

Para as crianças da família enlutada, recomendava-se a não demonstração de irreverência e ou risos inoportunos, tampouco participação em brincadeiras com os demais visitantes. O silêncio sinalizava a dor da perda que deveria ser assimilada desde os primeiros anos de vida.



Enterro de Antônio Dziengieski em 1941.

Fonte: Museu Municipal João Modtkowski, Áurea.

Faziam parte dos rituais fúnebres o cumprimento à família enlutada, a recitação do terço em polonês e muitas flores, as quais

eram frequentemente trazidas pela grande maioria dos presentes, como forma de última homenagem. Ademais, deveriam ser as da época, como copos-de-leite, dalias, margaridas, palmas e rosas. A prática de levar flores ao cemitério ou ao enterro tem o renascimento como significado simbólico. Ao morrer, as flores soltam as sementes sobre a terra, que as faz brotar novamente.

Os funerais eram finalizados com o ato da bênção do túmulo pelo padre, ou por um leigo que recitava as orações em polonês, acompanhado pelos presentes, para então aspergir a água benta. Hinos antigos eram cantados por todos, como o *Matko Miłosciwa* (Mãe Misericordiosa), *Serdeczna Matko* (Coração de Maria) e *Zdrowás Maryjo* (Bem-aventurada Maria), no momento da despedida, que antecedia o fechamento e o traslado do caixão até o cemitério mais próximo. O ataúde era carregado prioritariamente pelos parentes mais próximos, compadres e vizinhos. O transporte era realizado de carroça, acompanhado da população, a pé ou a cavalo. Durante o percurso, prosseguiam com orações e cânticos até o cemitério, em geral localizados perto de capelas e bodegas. Em cada comunidade, existia essa tríade bodega/capela/cemitério.

Nos dias seguintes ao sepultamento, ocorria a missa de Sétimo Dia, tradição na Igreja Católica, e ocorriam visitas de vizinhos à família enlutada. As pessoas ofereciam ajuda no cultivo da terra, aconselhamento e apoio espiritual. No dia posterior ao enterro, as vizinhas auxiliavam na limpeza e na organização da casa e dos arredores. Bailes, comemorações e festas eram evitados por seis ou doze meses, como sinal de respeito ao falecido. O luto era seguido pela esposa e filhos, lembrando que roupas vermelhas eram evitadas nos velórios.

Toda esta emblemática ritualização tratava de satisfazer aos desejos de uma população que buscava nas práticas cotidianas acerca da morte uma identidade cultural. Mesmo com traços estético-culturais próximos, havia uma preocupação de que o túmulo e os adornos no mínimo fossem semelhantes aos dos vizinhos e, se possível, com mais destaque.

Considerações finais

Todos esses olhares diferenciados a cada capítulo deste livro, ademais de contribuir para novas abordagens sobre o cotidiano infantil durante o fluxo migratório brasileiro, mostram alguns elementos da travessia e da adaptação às mínimas expectativas daqueles fins do século XIX e princípios do XX – ter um lugar para viver e dele extrair a subsistência –, quando se desafiavam as barreiras geográficas, sociais e sanitárias que representavam a vinda para o Brasil, desde a Polônia. Muitos poloneses progressaram, foi bem verdade, mas alguns desses – adultos e crianças – malograram a fome, enfermidades e preconceitos.

A busca pela interpretação das representações infantis de mundo é objeto de estudo relativamente novo nas pesquisas em ciências humanas, mas seus resultados permitem entender o complexo e multifacetado processo de construção social da infância desdobrando-se nas demais etapas da vida.

Para depreender a imigração através do cotidiano infantil foi necessário realizar alguns procedimentos metodológicos que permitisse que fontes primárias e secundárias, somando-se a oralidade para que se entrelçassem a fins de construir uma nova narrativa, tal como se pôde ver nesta obra, pelo uso da história oral temática. Sem ela, seria impossível finalizar esse estudo. As vozes do passado, agora não mais silenciadas, foram

o aporte comparativo para se escrever sobre o vivido histórico desse grupo ainda timidamente estudado, as crianças e as suas famílias de imigrantes poloneses.

Entre tantas outras considerações possíveis de serem tecidas a partir deste trabalho, pelo leitor mais especializado e/ou atento, vou comentar algumas das mais fundantes percepções que podem servir de alavanca para novos questionamentos e ideias sobre a temática.

Por mais que os governos e as empresas colonizadoras envolvidas no transporte transoceânico de poloneses até o Brasil se esforçassem para garantir uma travessia digna, ainda assim as viagens eram longas e envoltas de interrogações. No contexto da viagem também tem-se que reconhecer a adaptação climática, fuso horário e alteração nas práticas alimentares. Em alguns casos a morte os acompanhou, havendo registros de crianças que faleceram antes mesmo do desembarque. Isso pode ser verificado com outras nacionalidades de imigrantes também. Todavia, a parca qualidade da maioria das terras onde foram assentados os imigrantes poloneses foi algo pelo qual a maioria dos italianos e alemães não passou. Foi clara essa discriminação, restando aos poloneses um forçado isolamento, primeiro geográfico e logo econômico, por conta das atividades basicamente agrícolas e de pouca expressão.

A maioria dos imigrantes não sabia ler ou escrever, por isso não se exigia do polonês nenhum nível de conhecimento, domínio ou técnica para executar atividades agrícolas. Ademais, a organização produtiva da colônia baseava-se na mão-de-obra familiar. Desde a infância, então, as crianças eram mais inclinadas a ajudar os pais na agricultura do que a ter uma escolaridade duradoura e orientada.

Na propriedade colonial, trabalhavam todos os membros da família. Não havia contracenso nisso, uma vez que o lote colonial e a família funcionavam como unidade produtiva, onde

o ideário econômico era a autossuficiência e o sucesso sobre as terras inóspitas dependia do bom desempenho da família.

O trabalho da mulher ultrapassava os limites da casa e da educação dos filhos. Ela trabalhava na roça, no estábulo, no galinheiro, na horta, bem como na confecção de peças do vestuário. Quanto à criação dos bebês e das crianças, por exemplo, foi possível perceber nesta obra, que, historicamente, essa tarefa pertenceu à esfera feminina/materna, estando o homem envolvido mais com os trabalhos braçais, preservação da propriedade e subsistência a grupo familiar. No tocante à infância, portanto, o pai ocupou um espaço secundário.

A grande maioria das mães utilizava seu tempo com os cuidados afetivos e materiais exigidos pelas crianças, numa tentativa de mantê-las bem alimentadas, limpas, vestidas e na medida do possível aplicar-lhes as correções.

A infância era permeada pela atuação familiar, que cumpria funções de assegurar a transmissão de princípios morais, inseri-la socialmente a grupos próximos, estimular a busca pelo conhecimento e de modo mais geral socializar a criança, que de tempos em tempos era recrutada para as mais variadas tarefas, labuta agrícola, cuidar dos animais e auxiliar no trabalho doméstico. Os momentos lúdicos, como não poderia deixar de ser, circundavam o cultivo da terra e suas adjacências: horta, pomar, estábulos, galpão, galinheiros e pocilgas, conformando o imaginário lúdico-criativo, acrescido das brincadeiras da época.

Por outro lado, por conta das sérias dificuldades de econômicas e sociais (que geralmente garantiam tão somente a subsistência), em certos momentos, muitas famílias se viram ameaçadas. A doença e a morte rondavam o cotidiano de adultos e crianças.

Não foi sem motivo, portanto, que as enfermidades que mais atingiram os pequeninos poloneses foram as doenças infecto-contagiosas, respiratórias e, em muitos casos, as ligadas à baixa imunidade, algumas não combatíveis nem pela cura

por cultura popular, nem por médicos, nem por remédios. Foi assim que muitas crianças faleceram, vítimas primeiras de grandes moléstias. Numa tentativa não material de solucionar as dificuldades que surgiam no dia-a-dia, o sincretismo religioso foi a opção da maioria.

Precedida ou não de enfermidade, a morte de crianças consternou e sensibilizou os imigrantes poloneses, impulsionando alterações constantes na cotidianidade e na cultura. A morte é uma realidade universal, e muitas foram as respostas que o espírito humano deu a essa suprema angústia na história da existência humana. Com os poloneses imigrantes não foi diferente. As suas atitudes cotidianas ante a morte supuseram ou uma negação radical (que muitas vezes pendeu ao niilismo), ou, pelo contrário, uma adaptação, um intento de integrar o desconhecido, o incompreensível, racional e controlável. Como apontado, isso se tornou evidente em vários momentos desta obra, provavelmente porque a morte seja um reflexo da vida e por isso revele as desigualdades e tensões sociais, as aspirações de justiça ou os temores intrínsecos à razão humana.

Ler, ouvir acerca do cotidiano infantil e levar em conta o princípio de toda infância – a transposição imaginária do real, comum a todas as gerações, estritamente humanas – foi fundamental para compor este estudo. Isso porque, como se pôde ver nestas páginas, a criança não se resumiu a apenas brincadeiras, escola, vestuário, nem mesmo representou modalidades históricas perceptíveis. Ela é um indivíduo, um processo, uma história que se molda para dar prosseguimento ao movimento humano, enfim à humanidade.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ARIES, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.

BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre o brinquedo, a criança e a educação*. São Paulo: Editora 34, 2002.

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. Obras escolhidas II. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire – um lírico no auge do capitalismo*. Obras Escolhidas III São Paulo: Brasiliense, 1989.

BUSATTA, Félix Fortunato; STAWINSKI, Alberto Víctor. *Josué Bardin: história e religião das colônias polonesas*. Porto Alegre: EST, 1981.

CASSOL, Ernesto. *Histórico de Erechim*. Passo Fundo: Instituto Social Padre-Berthier, 1979.

CASSOL, Ernesto. *Estado e colonização no projeto do PRR: a colônia de Erechim*. Erechim: Diário da Manhã, 1991.

CASSOL, Ernesto. Empresa Colonizadora Luce-Rosa & Cia. Ltda. Um estudo de fontes. *Revista Perspectiva*, n. 7, 1978.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHIAVENATTO, Júlio José. *A morte: uma abordagem sociocultural*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

CUBER, Pe. Antoni. [1898]. *Nas margens do Uruguai*. Ijuí: Museu Antropológico Diretor Pestana, 1975.

D' APREMONT, Bernardin; GILLONNAY, Bruno de. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul: 1896-1915*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1976.

DEL PRIORI, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

FERNANDES, Florestan. *O folclore em questão*. São Paulo: Hucitec, 1978.

FREUD, S. *A interpretação dos sonhos*. Obras completas. Vol. I, Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.

GALVÃO, Viviane. *Religiosidade e morte: instrumento do projeto colonial português*. Columbia: The University of South Carolina, 1995

GANS, Herbert J. Symbolic ethnicity: The future of ethnic groups and cultures in America. In: SOLLORS, W. (ed.). *Theories of ethnicity: a classical reader*. New York: New York University Press, 1996.

GARDOLINSKI, Edmundo. *Escolas da Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre; EST-SLB; Caxias do Sul, UCS; 1976.

GLUCHOWSKI, Kazimierz. *Os poloneses no Brasil* – Subsídios para o problema da colonização polonesa. Porto Alegre: Rodycz e Ordakowski, 2005.

GUSMÃO, de Alexandre. *A arte de criar bem os filhos na idade de puerícia*. Lisboa: Miguel Deslandes, 1685.

GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul*. A emergência do preconceito. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

IANNI, Octávio. A situação social do polonês. In: _____. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

JORNAL DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre: Porto-Alegrense, 1925.

KAUTKY, Karl. *La cuestión agraria*. México: Cultura Popular, 1978.

KOZOWSKI, Vitor. *Estes imigrantes entre outros*. Imigração polonesa na serra gaúcha. Bento Gonçalves: Rodycz e Ordakowski, 2003.

MACIEREWICZ, Antoni. *Cartas do Brasil (1890-1891)*. Polska Akademia Nauk. Institut Hystorii. Trad. Almir Gonçalves, 1976.

MALCZEWSKI SChr, Zdzislaw. Editorial. *Projeções - Revista de estudos polono-brasileiros*. Curitiba. Ano IV, n. 1. 2002.

MEIRA, Ana Marta. Inteligência artificial. *Correio da APPOA*, n. 95, Porto Alegre, 2001.

MEIRA, Ana Marta. Palavras mágicas: as crianças de hoje. *Revista da APPOA*, n. 13, Porto Alegre, 1997.

MEIRA, Ana Marta. Benjamin, os brinquedos e a infância contemporânea. *Psicol. Soc.*, vol. 15. n. 2. Porto Alegre, jul./dez. 2003.

MORIN, Edgar. *O homem e a morte*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

NOVAIS, Fernando A. & SCWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Vol. IV. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

POLSKA AGENCIA INFORMACYNA. Polônia, 1991.

POUTIGNAT, P, STREIFF-FENART, J. 1998. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Editora da UNESP.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SEIDL, Ernesto. Intérpretes da história e da cultura: carreiras religiosas e mediação cultural no Rio Grande do Sul. *Anos 90*. v. 14, n. 16, 2007.

SMOLA, Krzysztof & DEMBICZ, Andrej. A presença polonesa na América Latina. *Roteiros poloneses na América Latina*. CESLA: Centro de Estudos Latino-Americanos. Varsóvia:

STAWINSKI, Alberto Victor. *Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: UCS/EST. Porto Alegre, 1976.

STOLZ, Roger. *Cartas de imigrantes*. Porto Alegre: EST, 1997.

TEDESCO, João Carlos. *Paradigmas do cotidiano*. Introdução à constituição de um campo de análise social. 2. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc; Passo Fundo: UPF, 2003.

TEMPSKI, Edwino. Quem é o polonês? *Boletim Especial do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, Curitiba: 1971.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. O camponês polonês – raízes medievais na mentalidade emergente. *Tese* (História Medieval). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1974.

WEISS, João. Colonos na Selva. *Emigrantes como agricultores*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1949.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. *Montanhas que furam as nuvens!* Imigração polonesa em Áurea-RS (1910-1945). Passo Fundo: UPF, 2002.

WENCZENOVICZ, Thais J. 2007. Luto e silêncio: doença e morte na área de colonização polonesa no RS (1910-1945). *Tese*. (Doutorado em História). PUCRS.

WENDLING, Líbia Maria. *O imigrante polonês no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Estudos Leopoldenses, 1971.

VON, Cristina. *A história do brinquedo*. São Paulo: Edecon, 2001.

WONSOWSKI, João Ladislau. *Nos peraus do rio das Antas*: núcleos dos imigrantes poloneses da ex-colônia Alfredo Chaves (1890). Trad. e notas de Alberto Victor Stawinski. Porto Alegre: EST, 1976.

Depoentes orais

ALEGRETTI, Elisabeth Zielak. Depoimento oral, em 27 de novembro de 2005. *Informações complementares*: Casada, instrução: ensino fundamental, profissão: do lar, católica, casada com o enfermeiro Rogério Alegretti.

FALKOSKI, Casemiro. Depoimento oral, em 10 de dezembro de 2005 e 12 de janeiro de 2006. Erechim. *Informações complementares*: Casado, instrução: ensino médio, profissão: motorista, católico, filho de imigrantes.

FALKOSKI, Waldomira. Depoimento oral, em 19 de janeiro de 2006. *Informações complementares*: Casada, instrução: séries iniciais do ensino fundamental, profissão: do lar, católica, desenvolvia diversas atividades artístico-culturais, religiosa, entre elas acompanhamento de funerais e estava inserida em um grupo étnico polonês chamado Stare Wieruse.

GROCH, Maria Vanda Krepinski. Depoimento oral, em de janeiro de 2006. *Informações complementares*: Casada, instrução: ensino superior,

profissão: professora, católica, exerceu a função de cônsul honorária da Polônia no Rio Grande do Sul. Tem destacada participação nas atividades que cercam a etnia polonesa no Norte do estado.

KARPINSKI, Lúcia. Depoimento oral, em 11 de setembro de 2003. Áurea. *Informações complementares*: Casada, instrução: séries iniciais do ensino fundamental, profissão: agricultora, católica, auxiliou o seu pai em vários momentos na ornamentação de caixões.

KARPINSKI, Tecla. Depoimento oral, em 12 de setembro de 2003. Áurea. *Mais detalhes*: Casada, instrução: séries iniciais do ensino fundamental, profissão: agricultora, católica, vinda quando criança da Polônia.

KESSLER, Isabela. Depoimento oral, em 9 de setembro de 2003. Áurea. *Informações complementares*: Casada, instrução: séries iniciais do ensino fundamental, profissão: agricultora, católica.

KESSLER, Vicente. Depoimento oral, em 10 de setembro de 2003. Áurea. *Informações complementares*: Casado, instrução: séries iniciais do ensino fundamental, profissão: servidor público, católico, filho de imigrantes, que ficou órfão na adolescência, o que lhe rendeu a tarefa de cuidar dos irmãos menores, por isso suas falas são tão detalhadas quanto à organização familiar.

KRZYSCZAK, Wenceslau. Depoimento oral, em 8 de janeiro de 2001, Linha São Sebastião, Áurea. *Informações complementares*: Casado, instrução: séries iniciais do ensino fundamental, profissão: agricultor, católico, vindo quando criança da Polônia.

VOLT, Maria. Depoimento oral, em setembro de 2003. Áurea. *Informações complementares*: Casada, instrução: séries iniciais do ensino fundamental, católica, profissão: parteira com autorização para exercício de obstetrícia.

Fontes primárias

Arquivo do Cartório de Registro Notariais e de Serviços: atestados de óbitos (1925-1945). Áurea.

Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1955.

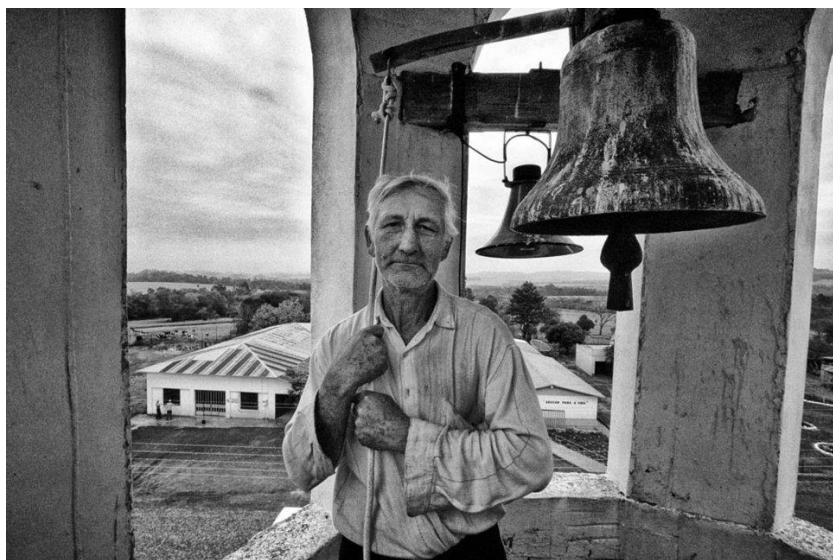
Prefeitura Municipal de Erechim. Departamento de Obras Públicas. Revisão territorial, caderneta nº 10.157, 1928. Arquivo Público Juarez Miguel Illa Font. Erechim.

- Anexo -

Retalhos do além-mar: A saga dos poloneses no Novo Mundo

A seguir reproduzimos imagens de um dos álbuns do fotógrafo Tadeu Vilani, cujos registros, bem mais recentes que os das outras imagens exibidas ao longo deste livro, ocorreram entre os anos 2000 e 2021. O foco de Tadeu foram comunidades do interior do Rio Grande do Sul, no Brasil meridional, onde vivem descendentes de imigrantes de poloneses.

Disponível em: <<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.3033272123354&type=3>>.



Hamerski, tocando o sino. Guaraní das Missões - RS. 28.04.2004.



Passaporte de imigrante polonês. Áurea - RS. Foto de 29.01.2005.



Quadros da família Skibinski. Áurea - RS. 29.01.2005.



Antigo paiol com cobertura feita de tabuinhas. Áurea - RS. 29.01.2005.



Arrando a terra. Casca - RS. 08.11.2006.



Jorge Powala, levando a ovelha a ser tosquiada. Casca - RS. 16.10.2004.



Valdemar Woityla (50), fazendo banha em fogo de chão. Localidade: Linha 2, Volta Grande, no município de Barão de Cotegipe - RS. 27.09.2005



Luis Grochot. Santo Antônio do Palma - RS. Fev. 2003.

Casal com o Oplatki. Vicente Iaroseski, 80, e a esposa Antônia kruplinski Iaroseski, 81. Localidade: Nossa Senhora do Rosário. Santo Antônio do Palma - RS. 17.12.2020





Sr. Revers, arando a terra. Casca - RS.

02.10.2006.



Mãos e pés... na colheita do fumo. Santo Antônio do Palma - RS.

20.01.2006.



Miguel Szimincki (42), com a junta de bois, voltando das lidas da agricultura. Guarani das Missões - RS. 28.04.2004.



*Bodega. Camaquã - RS.
25.02.2005.*



Ignacio e Ana Grochot. Localidade: Montes Cárpatos, Santo Antônio do Palma - RS. 19.01.2005.



*Bodega. Camaquã - RS.
25.02.2005.*



Família Szezepanik. Localidade: Linha Santo Stanislaw. Município: Três Arroios - RS. 26.09.2005



Comendo melancia. Guaraní das Missões - RS - BR. 26.03.2005.



Santo Antônio do Palma - RS. 20.01.2011.



Guardando o fumo na estufa. Localidade: Santa Ana. Município: Santo Antônio do Palma. 20.01.2006.



Aula de polonês, na linha Bom Jardim. Guaraní das Missões - RS. Ano: 2000.



Jovens do grupo folclórico polonês Orzłdialy, preparando-se para o ensaio. Localidade: Santa Ana. Município: Santo Antônio do Palma. 04.12.2004



Desfile na Polfest. Guarani das Missões - RS. 05.2000.



A Babcia Waskiewicz. Nova Bassano - RS. 15.01.2005.



Sr. Modelski. Localidade: Linha General Osório. Nova Prata - RS. 14.01.2005.



Desfile na Polfest. Guarani das Missões - RS. 05.2000.



Almoço na família Plawczak. Localidade: Montes Cárpatos, Santo Antônio do Palma - RS. 04.12.2004.



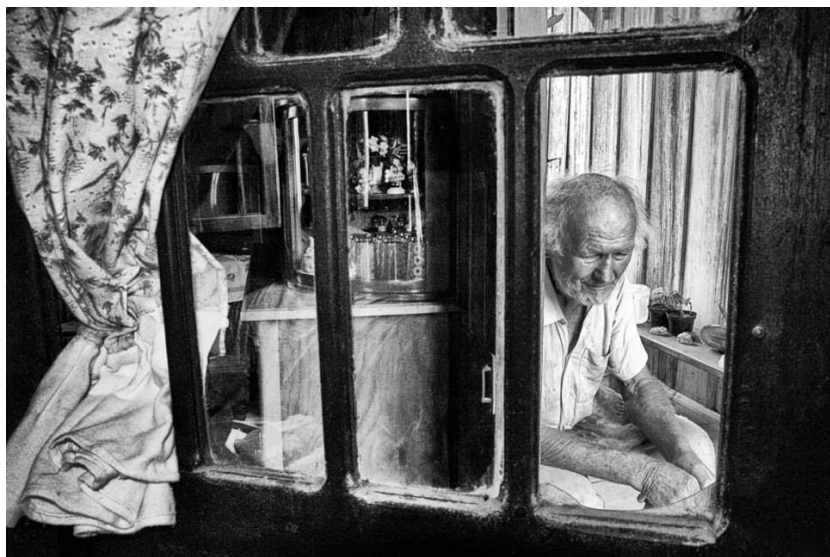
Babeia Isabel Iankoski Koszowski(77), repartindo o Oplatek com os netos. A partilha do Oplatek ocorre no período do natal, significa o perdão mútuo e a confraternização entre os membros da família e da comunidade. Localidade: Santa Ana. Município: Santo Antônio do Palma - RS. 24.12.2004.



Fazendo a drega. Nova Prata - RS. 14.01.2005.



Vanda Revers Grochot(60). Localidade: Montes Cárpatos. Município: Santo Antônio do Palma. 19.01.2005.



Piaceski Brunislau. Vista Alegre do Prata - RS. 15.01.2005.



O menino acompanha curiosamente o gaiteiro tocar músicas do folclore polonês. Localidade: Capela Nossa Senhora do Rosário. Município de Santo Antônio do Palma - RS. 04.06.2005.



Modelski, tocando violino. Localidade: Linha General Osório.
Município de Nova Prata - RS. 14.01.2005



Cemitério da linha Bom Jardim. Guarani das Missões - RS. 28.08.2004.



*Lápide do cemitério de Áurea - RS.
29.01.2005.*



*Cemitério de interior. Nova Prata
- RS. 14.01.2005.*

A presença de imigrantes foi absolutamente decisiva no desenvolvimento da região sul do Brasil e em particular do Rio Grande do Sul. A história do movimento migratório é feita das esperanças e dos dramas daqueles que deixaram sua terra natal, no Velho Mundo e, atravessando o Atlântico, vieram recomeçar suas vidas no Brasil, que era uma verdadeira terra da promessa. Em "Pequeninos poloneses: crianças e suas famílias durante a imigração Brasil/Polônia de 1920 a 1960", Thaís Janaina Wenczenovicz reconstitui o cotidiano de um desses grupos: o grupo dos poloneses. E o faz de maneira erudita, informada, sensível. Baseou-se em ampla bibliografia, em depoimentos e em textos variados para mostrar o fenômeno da imigração de maneira absolutamente original: através dos "pequenos poloneses", as crianças filhas dos imigrantes. É uma descrição vívida e afetiva de como viviam esses meninos e meninas: como se alimentavam, como brincavam, o que vestiam, que doenças os ameaçavam. É uma grande contribuição para a historiografia do Rio Grande do Sul e é também um texto emocionante que certamente cativará o leitor.

Moacyr Scliar,
primavera de 2010

ISBN versão e-book

978-65-89009-14-6



www.meritos.com.br

COLÉGIO SEGUNDO AS ORIGENS
DOS NÚCLEOS E AS DATAS INICIAIS

LEGENDA

- ▲ alemães e austríacos (1826)
- ✕ franceses (1874)
- ✕ italianos (1874)
- ✕ portugueses (1846)
- ✕ russos (1894)
- ✕ poloneses (1894)
- ✕ russos (1894)
- ✕ espanhóis (1875)
- ✕ japoneses (1873)
- ✕ belgas (1887)
- ✕ holandeses (1873)